

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

Pellanda (2005, p. 70), afirma que o conceito de aprendizagem com o uso das TIC envolve processos de criação, abertura, “um movimento de desterritorialização, de acolhida ao estrangeiro-em-nós.” O espaço de aprendizagem passa a ser, então, o espaço de conexão entre o conhecido e o desconhecido, “e esse espaço é o caos.” p. 9

O “estar junto virtual”, a interatividade proporcionada pelos ambientes virtuais de aprendizagem podem contribuir para uma mudança nas formas de ensinar e aprender, de buscar e selecionar informações, compreendendo o caráter mutável do conhecimento e o fluxo caótico dos saberes. p. 10

Preparar o docente para enfrentar os desafios provocados pelas novas formas de comunicação, incentivando a leitura de imagens e a análise dos novos meios que têm como suporte a mídia eletrônica (televisão, vídeo, cinema, computador, internet), requer uma nova compreensão do fenômeno educativo e da relação saber/fazer pedagógico. p.10

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Pierre Lévy, “não basta estar na frente de uma tela, munido de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade. É preciso antes de mais nada estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço.”. p. 2

Silva (2004) enfatiza o papel da interface online para a criação de desdobramentos (por intermédio da linguagem hipertextual), da arquitetura de criação de novos percursos (própria da rede), de novos agenciamentos e significações. E mais importante é que professores, alunos e demais membros da sociedade podem deixar de ser consumidores passivos das informações, para se tornarem produtores de informação e conhecimento, criando páginas web, para divulgarem seus produtos, seu município, sua escola, sua realidade, tornando-se participantes e construtores do ciberespaço e, não apenas consumidores e simples usuários. p. 7

“Se continuarmos simplesmente introduzindo o uso do computador aleatoriamente, sem reflexão, sem preparo e sem escolhas bem orientadas, estaremos contribuindo”, segundo Santos e Radke (2005, p. 333), “para informatizar caos destrutivo da educação.”. p. 10

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- A educação está diante de um desafio: inserir as novas tecnologias da informação e comunicação na escola com vistas a promover a alfabetização tecnológica, a democratizar o acesso às tecnologias da informação e comunicação para alunos e comunidade, e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade do ensino. Para tanto, não é suficiente investir apenas na infraestrutura física, com a criação de laboratórios de informática nas escolas e a compra de equipamentos sofisticados, se não se investir na formação dos professores, formação do educador para operá-los e saber utilizá-los com finalidades

educativas. P. 2 - Gesac (...)Esse programa prevê não apenas a facilidade de acesso à Internet, mas prover um conjunto de facilidades adicionais para que as comunidades explorem ao máximo todos os recursos informacionais, como por exemplo a transmissão de voz, vídeo e som por meio de videoconferências. Além disso, o programa prevê ainda, “acesso a serviços disponíveis em portais governamentais ou privados, produção e divulgação de valores culturais locais, ensino à distância e comércio eletrônico...” p. 6 - O Gesac está implementado em todos os Estados brasileiros, atendendo a comunidades indígenas, remanescentes de quilombolas, comunidades rurais e quartéis localizados nas fronteiras brasileiras e em regiões remotas. Existem, atualmente, no Brasil, 3.200 pontos de presença instalados em mais de 2.500 municípios. De acordo com dados do Programa, isso permite que cerca de 28 mil computadores estejam em rede e conectados à internet, com perspectivas de atender a um número superior de 6,4 milhões de pessoas. p. 6 - Quando questionamos os professores mediadores sobre qual seria a principal função da escola, na atualidade, constatamos que existe uma maior concentração de respostas em torno das opções: promover o desenvolvimento global do educando (30%), formar o cidadão (29%) e desenvolver competências e habilidades (27%). Preparar para o mercado de trabalho e transmitir conhecimento foi apontado por apenas 7%, respectivamente, pelos professores. p. 9 - Os professores percebem o descompasso existente entre escola e sociedade, currículo e vida, ciência e cultura, ensino e aprendizagem, saber e fazer. São conscientes da necessidade de mudança de postura no papel do professor frente as transformações tecnológicas, abrindo-se para a necessidade de compartilhamento do conhecimento entre professores e alunos e novas metodologias de aprendizagem. p. 11 - A constituição das redes depende do ritmo das interações, do fluxo comunicacional e do movimento das relações sociais. Tecer redes teóricas e práticas, solidárias e envolventes, enredando instituições, entidades filantrópicas, escolas e gestão administrativa, implica em seguir caminhos, passar por desvios, atalhos, clareiras, alcançar lugares de descanso, perigos, onde os passos têm que ser medidos, avaliados, podendo mudar o rumo e o ritmo da caminhada, bem como permitindo o retorno ao início e a mudança de rota. p. 11

Mapa Conceitual – n.º 45/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista)

Referência bibliográfica: BELLINI, Carlo Gabriel Porto. GIEBELLEN, Edwin. CASALI, Richélita do Rosário Brito. Limitações Digitais. Inf. & Soc.:Est.: João Pessoa, v.20, n. 2, maio/ago. 2010, p. 25-35.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Quem não têm acesso ou não sabe utilizar as novas TICs.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

A problemática em torno do acesso e do uso das TICs envolve discutir o que a literatura vem tratando, há mais de uma década, como “exclusão digital” (VAN DIJK; HACKER, 2000; DIMAGGIO; HARGITTAI, 2001; DONAT et al., 2009). p. 26 Por exemplo, a exclusão digital tem sido entendida como o acesso desigual de indivíduos a computadores e à Internet, desigualdade esta causada por fatores sociais e econômicos como gênero, renda, raça, etnia e localização geográfica (CARVETH; KRETCHMER, 2002), desigualdade em relação ao acesso e ao uso das TICs (HSIEH et al., 2008) ou desigualdade no que diz respeito a atitudes e comportamentos em relação às TICs (DONAT, et al., 2009). p. 26 O discurso sobre exclusão digital vem se sofisticando na literatura acadêmica, já sendo reconhecido que não há uma simples divisão entre as pessoas que têm acesso à Internet e aquelas que não o têm. Além disso, vários autores associam a exclusão digital à exclusão social (VAN DIJK; HACKER, 2000; KLING, 2000; KLECUN, 2008), mas a solução não estaria mais focada exclusivamente no acesso e na conectividade; de fato, ela incluiria, entre outros fatores, as habilidades e o letramento digital, bem como o capital social e a disposição de cada pessoa em se relacionar de forma produtiva com as TICs (KLECUN, 2008). p. 26 A limitação cognitivo-informacional (LI) refere-se a deficiências do indivíduo em nível de habilidades digitais necessárias para fazer uso efetivo das TICs. As deficiências podem se manifestar no saber buscar, selecionar, processar e aplicar as informações disponibilizadas pelas TICs, e as causas disso podem ser diversas – como aspectos neurológicos e psicológicos, formação formal deficiente, experiências de vida pouco ricas, etc. p. 30

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Donat et al. (2009)- [...] sem acesso à Internet e sem as habilidades necessárias que acompanham a atitude de usar as NTIC [novas tecnologias de informação e comunicação], indivíduos não têm como obter informações de maneira eletrônica, como também não podem ser informados por organizações e instituições através de tecnologia de informação, tornando as discussões e reflexões em relação à desigualdade digital de extrema importância. p. 26

A problemática em torno do acesso e do uso das TICs envolve discutir o que a literatura vem tratando, há mais de uma década, como “exclusão digital” (VAN DIJK; HACKER, 2000; DIMAGGIO; HARGITTAI, 2001; DONAT et al., 2009). p. 26

Donat et al. (2007, 2009) elaboraram três formas para ela: a primeira se refere à relação entre atributos demográficos e o uso da Internet; a segunda trata de questões sobre habilidades diversas no uso da Internet e suas vantagens; e a terceira seria algo como uma desigualdade de comportamentos fundamentada em atitudes (construto antecedente do comportamento) que desempenham papel importante na adoção e na aprendizagem de TICs. Os autores concluem que as pesquisas sobre desigualdade digital se concentram nas duas primeiras formas. p. 26

Van Dijk e Hacker (2000) – Quatro categorias de acesso: a pessoa não possuir experiência digital, fato causado por falta de interesse, medo de computadores ou por não se sentir atraída pela tecnologia (acesso psicológico); • a pessoa não ser proprietária de um computador e não estar conectada (acesso material); • a pessoa não possuir habilidades digitais, fato causado por não apresentar um histórico de uso amigável e suficiente da tecnologia, como também por sua educação ser inadequada ou faltar apoio social (acesso de habilidades); e • a pessoa não ter oportunidades significativas de uso da tecnologia (acesso de uso). p. 27

Klecun (2008) ainda menciona que, no intuito de utilizar serviços online em vez de presencialmente, as pessoas necessitam não apenas de acesso às TICs e de habilidades tecnológicas, mas também de um nível adequado de instrução geral para que possam lidar com informações complexas. Assim, limitações – como a digital – não seriam suprimidas apenas com a adoção de novas tecnologias ou de tecnologias amigáveis. p. 28

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

O texto não propõe projetos.

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas: - a literatura ora versa sobre as possibilidades sociais, econômicas e tecnológicas de acesso das pessoas às TICs, ora sobre os conhecimentos e habilidades necessários para utilizá-las, ora sobre aspectos

comportamentais do indivíduo que influenciam a efetividade desse uso. p.26 - Assim, aqui se adota o termo “limitação digital” para fazer referência a restrições que o indivíduo apresenta para se inserir mais plenamente em uma sociedade permeada por TICs. p. 26 - Soluções para limitações de acesso são abundantes na literatura, nas práticas sociais e em políticas públicas alinhadas aos pressupostos da sociedade da informação – como ilustram a implantação de lan houses em bairros menos favorecidos, o barateamento dos custos de aquisição de hardware e de software, a disponibilização de acesso sem fio à Internet em locais públicos e de forma gratuita, o fortalecimento do varejo local para a oferta contínua de produtos e serviços necessários ao uso das TICs, etc. p. 31 - Ou seja, após a superação de limitações de habilidades cognitivas e informacionais, exige-se investigar a possível existência de limitações de comportamento do indivíduo para um uso efetivo das TICs, pois seus comportamentos podem não corresponder à sua habilidade potencial. Por outro lado, sob uma perspectiva causal, esse mesmo caminho evidencia que as limitações cognitivo-informacionais podem fazer surgir comportamentos contrários ao uso previsto para a tecnologia (por exemplo, a falta de habilidades pode causar desmotivação). Soluções para limitações cognitivo-informacionais p. 31 - No entanto, o mainstream de pesquisas nessa área tradicionalmente não aborda de maneira sistemática ou completa a complexa relação entre as formas de exclusão e seus condicionantes; a complexidade de fato ocorre, sobretudo porque as formas detectadas de exclusão podem ser interdependentes – o que não parece haver sido descrito em trabalhos anteriores. p.32 - o presente artigo desenvolveu um modelo conceitual para a sistematização do estudo e do enfrentamento das restrições de acesso e de uso das TICs, modelo este que equilibra a responsabilidade dos agentes externos e a responsabilidade do próprio indivíduo na busca por soluções. p. 32 - Os resultados principais indicam a existência de três limitações digitais básicas: limitação de acesso, limitação cognitivo-informacional e limitação comportamental. p. 32

Mapa Conceitual – n.º 46/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista)

Referência bibliográfica: ALONSO, Luiza Beth. FERNEDA, Edilson. SANTANA, Gislane Pereira. Inclusão digital e inclusão social: contribuições teóricas e metodológicas. Revista Barbarói: Santa Cruz do Sul, n. 32, jan./jul. 2010. p. 154-177.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Os que não tem acesso as novas TIC's

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Brandão (2009) propõe o MAPIDS (Modelo de Avaliação de Projetos de Inclusão Digital e Social)(...) - promover processos meta-cognitivos, direcionados para os indivíduos, os grupos e os contextos sociais e culturais de maneira a promover a reflexão crítica sobre o programa alvo da avaliação. p. 169
 JEDI, mantida pelo Grupo de Usuários Java do Distrito Federal (DFJUG) (...)é uma iniciativa de inclusão às tecnologias eletrônicas de forma induzida cognitiva, onde o participante tem autonomia e independência no uso complexo das TICs. p. 171 e 172

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

Silveira (2001) ressalta a necessidade de três instrumentos básicos para que os indivíduos participem ativamente da sociedade: o computador, a linha telefônica e o provedor de acesso. A ausência de qualquer um deles caracterizaria, portanto, a exclusão digital. p. ...

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- A sociedade da informação é caracterizada pelos trabalhadores do conhecimento, no qual usam suas habilidades na criação, geração e disseminação de novos conhecimentos. Essa sociedade tecnológica e organizada socialmente na geração, no processamento e na transmissão da informação, cria a cada dia novas fontes de produtividade demandadas pelo mercado por exigência da globalização. Essa sociedade está pautada no desenvolvimento intelectual dos indivíduos para realizar tarefas que agregam novos conhecimentos e capacidades que contribuem para a inovação tecnológica, principal motor no desenvolvimento econômico mundial. p. 155 - Os resultados do estudo contradizem alguns pesquisadores brasileiros, como Silveira (2001) e Lemos (2005), e fortalecem argumentos de Demo (2005) e Martini (2005), o que evidencia a não linearidade entre inclusão digital e inclusão social. Variáveis relacionadas com o ambiente social e econômico, o papel do Estado, e a representação social do significado de bem-estar social, entre outras, são tão relevantes quanto o acesso às tecnologias da informação e da comunicação. p. 156 - A sociedade busca minimizar essa divisão por meio de várias ações que vêm sendo chamadas de inclusão social e digital. A primeira relaciona-se com a participação ativa do cidadão em ações na comunidade, no governo e na sociedade civil, enquanto inclusão digital diz respeito a ações que buscam inserir o cidadão por meio do aprendizado, oferecendo-lhes as habilidades necessárias para manipular a tecnologia de acesso à informação. p. 156 - Cidadãos inseridos social e digitalmente devem estar cotidianamente conectados aos movimentos sociais e globais, o que exige formação, experiência e oportunidades para participarem e usufruírem do que ocorre. p. 157 - A Sociedade da Informação, independente de definição, impacta diretamente o desenvolvimento da sociedade por viabilizar novos produtos e serviços. Para além de sua vinculação com o desenvolvimento financeiro, ela traz potencialmente oportunidades para a promoção e expansão de práticas educacionais, trabalhos de cooperação e fomento à interação via redes sociais. Esta compreensão inicia-se nos meios acadêmicos pelos investimentos em pesquisa para geração de novas tecnologias para tratamento e qualificação dos meios da informação, passando pelas empresas e pelos indivíduos que interagem, remodelam e redistribuem as informações. p. 159 - A sociedade do Conhecimento é o resultado de uma revolução promovida pela Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que facilitou a integração de métodos e processos de produção, combinando infraestrutura (hardware) e programas de computadores (software) para automatizar a coleta, o processamento, a distribuição e a utilização da informação. p. 159 - A industrialização e modernização trouxeram oportunidades e desafios, situação que se renova com o impacto e a influência da revolução tecnológica em curso, fomentando a criação de um novo modelo de sociedade, a Sociedade do Conhecimento e da Informação, conforme discutido por Castells (1999). p. 164 - Para avaliação das habilidades de uso das TICs, foi definido um Indicador de Alfabetização Digital e Social (IADS) como um instrumento de avaliação de habilidades para apoiar os processos de mensuração do grau de alfabetização digital e social dos indivíduos, gestores e participantes do programa. Esse indicador é composto por quatro dimensões: • Uso pessoal e lazer (...); • Uso autônomo (...); • Uso social e colaborativo (...); • Uso inovador sustentável. p. 168 - Os resultados da pesquisa de campo, e a análise dos principais autores sobre o tema inclusão digital e sua correspondência à inclusão social, demonstraram que inclusão digital é uma decorrência natural do desenvolvimento da TIC. p. 172 - Essas dimensões de construtos comportamentais representam padrões de uso das TICs na vida das pessoas e têm sua definição inspirada nos conceitos de inclusão digital, alfabetismo digital, alfabetismo funcional, alfabetismo informacional e competência informacional (AUN; MOURA 2007; AUN; ANGELO, 2007). p. 168 - Em paralelo, Lemos (2007) propõe uma matriz para avaliação de projetos de inclusão digital dividido em dois tipos: inclusão espontânea e induzida. Por exemplo, quando se realiza uma operação de saque, consulta ou depósito em um caixa eletrônico, por menor que seja o

conhecimento, os cidadãos interagem com a TIC. Essa seria a inclusão digital espontânea. A forma induzida é aquela onde existem espaços para o aprendizado de novas habilidades para o manuseio das novas tecnologias da informação, geralmente em projetos sociais (ONGs, telecentros, cibercafês, etc). p. 170

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Nesse novo cenário mundial, foi criado no Brasil, o programa “Sociedade da Informação”, cujo objetivo seria (TAKAHASHI, 2000): [...] integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do país tenha condições de competir no mercado global. A execução do Programa pressupõe o compartilhamento de responsabilidades entre os três setores: governo, iniciativa privada e sociedade civil (p.10). p. 154 e 155.

Lemos (2007) pondera: A grande questão reside em como lidar com a exclusão digital existente no país, como o Brasil, que conta com altos índices de pobreza e analfabetismo. É certo que a pobreza e o analfabetismo se constituem como problemas que precisam ser sanados com urgência. Mesmo assim, não há como pensar a exclusão digital em segundo plano, visto que o desenvolvimento das tecnologias se dá cada vez mais rapidamente e o abismo existente entre incluídos e excluídos tende a aumentar (p. 16). p. 155

BURÉ, 2005, p. 117 - [...] Foi aberto a estes excluídos socialmente o acesso, através das bibliotecas públicas, de um instrumental de condições de acesso digital, como a doação de um celular aberto, uma conta de e-mail aberta, acesso ilimitado a web e aos computadores das bibliotecas públicas que permeassem sua passagem. Após algum tempo se reexaminou o grupo estudado e foi verificado que a inclusão digital em nada contribuiu ou ocasionou qualquer inclusão social ou sequer uma modificação qualitativa na vida das pessoas daquele grupo. p. 156

Tanto Castells (1999) como Lévy (1999) defendem que “redes” resumem-se apenas em uma grande estrutura global de redes interpessoais, comunitárias e de organizações conectadas à Internet. Atualmente as redes sociais estão cada vez mais difundidas pelo uso de recursos computacionais como e-mail, sites de relacionamentos, comunidades virtuais, etc, tornando-se, assim, fonte de pesquisa em redes sociais digitais. p. 160

Scarpa e Melgaço (2006) - os modelos de inclusão digital têm um papel central nas questões sociais para promover o bem-estar, a geração de renda e o desenvolvimento sustentável. p. 165

Warschauer (2006), Rondelli (2003) e Sorj (2003), que defendem uma metodologia centrada na convergência de recursos digitais (linguagem e conteúdo), físicos (computadores e conectividade), humanos (letramento e educação) e sociais (comunidades e instituições). p. 165

Mapa Conceitual – n.º 47/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo em Revista)

Referência bibliográfica: SOUZA, Joseilda Sampaio. BONILLA, Maria Helena Silveira. Exclusão / inclusão: elementos para uma discussão. Liinc em Revista, v. 5, n. 1, março 2009. p. 133-146.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Os sujeitos que não se apropriam dos instrumentos da nova cultura digital.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

Logo, nessa lógica, aqueles que já estavam excluídos socialmente também estariam excluídos digitalmente. São essas desigualdades que muitos conceituam como: exclusão digital, apartheid digital, infoexcluídos, brecha digital, divisão digital, entre outros. Com a justificativa de tentar diminuir ou combater a exclusão dos sujeitos que estão numa dinâmica social desfavorável e que conseqüentemente não têm acesso ao uso intensivo das tecnologias de base digital, que são desenvolvidos diversos programas, ações e políticas públicas, denominados de programas de Inclusão Digital. p. 135 (...) entendemos que, à medida que estas discussões ficam apenas direcionadas ao contexto da alfabetização digital, estas não conseguem dar conta dos problemas relacionados à inclusão digital (...) Entendemos que a apropriação da tecnologia, seu uso, transformação e aplicação em favor de interesses e necessidades individuais e comunitárias requer muito mais do que “noções básicas” para uso de determinados dispositivos tecnológicos. Ressaltamos que é necessário considerar que alfabetização e inclusão digital se distinguem, já que o primeiro se limita apenas a conhecimentos básicos para utilizar o computador e o segundo é um processo mais amplo, que ultrapassa a lógica de apenas o acesso à máquina. p.140. (...) se faz necessário também estimular a “apropriação criativa, a capacitação educacional e o estímulo à produção de conteúdo inovador” (LEMONS; REGITANO; COSTA, 2007, p.17). Ou seja, fazem-se necessárias ações que permitam e potencializem a formação dos sujeitos, que de uma forma ou outra são “participantes” desse processo. p. 144

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

(...) preciso considerar por esse contexto a importância dos espaços de acesso público, conhecidos como Telecentros. p. 144

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Rummert (2006) considera que esse binômio exclusão/inclusão é tratado de modo a obscurecer o paradoxo que lhe é inerente, e que só pode ser desvelado quando o analisamos em sua radicalidade. p. 136

CASTEL, 2003 apud BONETI, 2005- (...) mais precisamente coleções de indivíduos separados de seus pertencimentos coletivos, entregues a si próprios, e que acumulam a maioria das desvantagens sociais: pobreza, falta de trabalho, sociabilidade restrita, condições precárias de moradia, grande exposição a todos os riscos da existência, etc. p. 136

Silveira (2001, p.18) ressalta que, a exclusão digital impede que se reduza a exclusão social, uma vez que as principais atividades econômicas, governamentais e boa parte da produção cultural da sociedade vão migrando para a rede, sendo praticadas e divulgadas por meio da comunicação informacional. p. 136

Maraschin (2005, p.135), em que esta autora ressalta a inclusão como “uma via de múltiplos sentidos, mas principalmente daqueles que buscam a efetivação de mudanças estruturais que afetam todos os participantes”. p. 137

Silveira (2005, p.434) define a inclusão digital “como a universalização do acesso ao computador conectado à internet, bem como, ao domínio da linguagem básica para manuseá-lo com autonomia”. p. 137

Martins (1997), entendemos que o processo de exclusão, nesse contexto, “cria uma sociedade paralela que é incluyente do ponto de vista econômico e excluyente do ponto de vista social, moral e até político”. p.138

Bonilla e Preto (2001), ressaltam que, “(...) a inclusão digital significa a participação efetiva, onde os indivíduos têm capacidade não só de usar e manejar o novo meio, mas, também, de prover serviços, informações e conhecimentos, conviver e estabelecer relações que promovam a inserção das múltiplas culturas nas redes, em rede”. p. 139

Kellner (2002), que apresenta o termo “alfabetização ao computador”, o conceitua como “habilidade técnica que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades datilográficas básicas, ao domínio dos programas de informática, ao acesso à informação e ao uso das tecnologias do computador”. p. 141

Guerreiro (2006, p. 231), quando este aponta que “supor que o cidadão ao ter acesso à internet, estará habilitado para uma sociedade de informações é desprezar a complexidade do mundo atual e reforçar uma ideologia oposta à lógica de liberdade do ciberespaço”. p. 142

BONILLA, 2005, p.15 - (...) o apropriar-se das tecnologias de forma que este seja um processo “(...) aberto à resignificação, à socialização, aproveitar as possibilidades e potencialidades oferecidas pelas tecnologias, permitir-se desestruturar pelas mudanças provocadas por essas tecnologias e fazer disso um ato de criação”. (p.143).

LÉVY, 1999 - “(...) antes entender um acesso de todos aos processos de inteligência coletiva, quer dizer, ao ciberespaço como sistema aberto de autocartografia dinâmica do real, de expressão das singularidades, de elaboração dos problemas, de confecção do laço social pela aprendizagem recíproca, e de livre navegação nos saberes. p. 143 p.196.”

ASSUMPÇÃO, 2003, p. 203- (...) podemos dizer que a luta pela universalização do acesso vai além da capacidade de adquirir e simplesmente reproduzir o conhecimento, mas busca alcançar a capacidade de operá-lo, interpretá-lo e transformá-lo, possibilitando a verdadeira inserção na sociedade do conhecimento” (p. 144)

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- No discurso e nas intencionalidades, inclusão digital aparece relacionada à inclusão social, porém, essa relação não está dada, especialmente quando a lógica de trabalho adotada nos projetos de inclusão digital estiver baseada em cursinhos básicos de informática. p. 133 - Com o Livro Verde, o país adotou o caminho de primeiro investir no desenvolvimento da infraestrutura de informações, em seguida investir na informatização da economia, para então chegar ao patamar da Sociedade da Informação. p. 134 - Esta concepção é evidenciada na organização de uma economia digital, e os sujeitos são vistos como consumidores de bens, serviços e informações. Para tanto, esta é uma concepção do sistema capitalista, o qual, ao mesmo tempo em que gera exclusão, precisa “reintegrar ao sistema pelo menos uma parte dos excluídos para conseguir manter-se” (BONILLA, 2005, p.41). p. 134 - Percebe-se, portanto, uma contradição para que esse sistema consiga se manter, ou seja, ao mesmo tempo que gera novos excluídos busca incluir os indivíduos pensados enquanto consumidores, sob risco de estagnação do modelo econômico. Desta forma pode-se inferir que se as comunidades de baixa renda não tiverem acesso à rede, a economia digital estará perdendo um grande número de consumidores, conseqüentemente negócios. p. 135 - ao direcionar as discussões para a questão da infraestrutura e para a questão da economia digital, mantém-se a lógica capitalista, que busca atingir o consumidor de serviços, o consumidor conectado à rede, sem uma preocupação de associar as problemáticas sociais com a potencialidade das tecnologias da informação e comunicação. p. 135 - (...) quando este binômio é tratado em nível de senso comum, impossibilita perceber suas formulações teórico-práticas. A partir disso, a proposta social de se propiciar a inclusão aos chamados excluídos é insignificante. p. 136 - Dessa forma, acreditamos sim, que aliada à apropriação das tecnologias poderemos ter diversas possibilidades de se exercer a cidadania, pois “quanto mais cidadãs forem às pessoas, mais conscientes serão das necessidades de reinvenção da dinâmica social excludente e desigual” (SILVEIRA, 2001, p.18). p. 136 - (...) à medida que os cidadãos entenderem que o computador pode potencializar a sua capacidade de solucionar problemas emergentes, tais como: aprendizagem, saúde, serviço público e cidadania, isto é, a partir da “promoção de uma cultura digital e a valorização da identidade local” (GUERREIRO, 2006, p.175), que são dois aspectos importantes a serem considerados numa sociedade em rede. p. 139 - com a alfabetização digital, o indivíduo adquire as habilidades e competências para manusear o computador, todavia, não adquire as competências necessárias que lhe possibilite ter uma atuação efetiva na produção de serviços e conhecimentos de forma a contribuir para as suas necessidades sociais. p. 141 - (...) percebemos que faz-se necessário que o foco não esteja apenas na questão do acesso às TIC, e sim, que aliado a isso existam ações que possibilitem a formação dos sujeitos, de forma que estes sejam “participantes” da realidade em que estão imersos. p. 142

Mapa Conceitual – n.º 48/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista)

Referência bibliográfica: SANTANA, João Rogério Menezes de. LIMA, Maria Batista. Tecnologias da informação e da comunicação e a educação: cenários de uma inserção entre a base legal e o real. Revista Fórum Identidades, ano 3, v. 6, jul-dez, 2009. p. 131-143.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Os sujeitos não inseridos no contexto da nova cultura tecnológica.
--

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

Esse trecho não relaciona a exclusão digital com a educação, mas fala do dever da educação brasileira como legislação:

A LBD, (Título I da Educação e II Princípios e Fins da Educação Nacional) em seus Art. 1º, 2º, 3º inciso XI onde “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” [...] tem como finalidade [...] “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” e tem como princípios, entre eles, a “vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sócias. p.135

Morim apud Almeida et al. (2007, p.23): a educação tem pela frente seu maior desafio que é o de posicionar o aluno frente às transformações sociais e a compreensão aprofundada acerca do mundo do conhecimento. Sendo assim, necessita-se que se reformule o pensar permitindo deste modo a utilização da inteligência para superação dos desafios advindos dessas transformações. p. 137

Grinspun, 2001, p.25)- “[...] a educação no mundo de hoje tende a ser tecnológica, o que, vai exigir o entendimento e interpretação de tecnologias. [...] elas estão a exigir uma nova formação de homem que remeta à reflexão e compreensão do meio social em que se circunscribe”. p. 139

Kawamura (1990, p.60) atenta sobre as “perspectivas para a educação em face das novas tecnologias”. p. 140

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- Pode-se fazer algumas conclusões a respeito das NTIC na educação brasileira considerando: No que tange a política brasileira o tema educação tem ficado refém dos interesses econômicos por parte de determinados setores sociais e mais especificadamente no que pode-se chamar de “educação dominante”. p. 141

-O aparato tecnológico imposto a sociedade é fruto de uma nova formula de domínio à aquela que não dispõe do saber. p. 142 - Os cenários de futuro, com as novas formas de reconfiguração do espaço e do tempo, são os desafios a serem vencidos pela escola, que deve rever suas bases de atuação para que possa assumir as novas funções pedagógicas, institucionais, educativas e sociais do século XXI. p. 142

Mapa Conceitual – n.º 49/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista)

Referência bibliográfica: PONTES JR, João de. TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Alfabetização digital: proposição de parâmetros metodológicos em competência informacional. *Inf. & Soc.: Est. João Pessoa*, v. 19, n.2, p. 81-98, maio/ago, 2009. p. 81-97.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Os sujeitos que não possuem competência informacional / tecnológica.

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Declaração de Alexandria sobre Competência Informacional e o aprendizado ao longo da vida (2005) - Dentre as várias possibilidades do uso da Competência Informacional, o referido texto diz que sua grande finalidade é capacitar indivíduos em todos os sentidos de sua vida (grifo nosso), afim de buscar, avaliar, usar e criar a informação de forma efetiva para atingir suas metas pessoais, sociais, ocupacionais, educacionais e ajudar na tomada de decisões. p. 84

Special Library Association (SLA) (2003), pode-se dizer que são quatro as principais competências do profissional que trabalha com a informação no que diz respeito a prática do conhecimento nos meios de informação, de acesso, gestão e tecnologia, bem como a capacidade de usar esse conhecimento como base para fornecer um número maior de serviços informacionais da mais alta qualidade. p. 89

Suaiden (2006 - "Está cada vez mais claro que não basta distribuir computador, assim como não basta distribuir livros", e, sobre os caminhos que o Brasil deve adotar para que haja um eficiente programa de AD, será necessário utilizar "em larga escala em informação, alfabetização digital e o software livre e metodologias de alfabetização. p.95

TAKAHASHI, 2000 - Cumprindo assim seu plano de AD proposto no Livre Verde que era o de alfabetizar digitalmente todos os níveis de ensino, do fundamental ao superior, através de uma "renovação curricular para todas as áreas de especialização, complementares e de extensão e na educação de jovens e adultos" conforme prega a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (p.95).

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

(...) associa a ausência de competência informacional como um dos fatores do processo de exclusão provocado por tais equipamentos. p. 81

Carvalho, 2003 – (...) realizando assim a verdadeira interação entre homem e máquina. O caminho, segundo o autor, é fazer com que a máquina e seus atributos tecnológicos cheguem até este indivíduo através da capacitação em competências informacionais. p. 81 e 82

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Biblioredes no Chile - os programas de Alfabetização Digital do Chile (Biblioredes) tiveram seu início em uma Biblioteca Pública, onde sempre há um profissional bibliotecário que possui capacitação para conceder suporte aos cursos ministrados no programa de capacitação. p. 95

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- A Declaração de Alexandria também tem a função de auxiliar instituições privadas ou públicas e comunidades em geral a enfrentar cada vez mais os desafios tecnológicos, econômicos e sociais, para reverter à desvantagem digital e muitas vezes incrementar o bem estar de todos. p. 84 - Resumo do quadro 1 – Indicadores de competência informacional: Padrões de Competência Informacional / O indivíduo que possui Competência Informacional: -Acessa a informação de forma eficiente e efetiva; Avalia a informação de forma crítica e competente; Usa a informação corretamente e produtivamente. p.85 - Quando se fala em Atitudes esperadas dos membros participantes dos programas de AD, busca-se orientar os indivíduos para a capacitação que subsidie o aprendizado ao longo da vida, ou seja, o aluno mesmo após sair do programa de capacitação deverá estar sempre buscando novas maneiras de manter-se bem informado e atualizado, mantendo, acima de tudo, seu padrão de Conhecimentos, Habilidades e Atitudes em Competências Informais, adquirido ao longo do curso ou o desenvolvendo através de aperfeiçoamentos. p. 89 - Neste contexto as escolas e programas de capacitação informacionais caminham na direção desta nova possibilidade, a de alfabetizar o aluno utilizando informações e ferramentas que trabalharão na inclusão deste, tanto tecnológica como socialmente. p. 90 - A escolha por programas de Alfabetização Digital é compatível com a literatura que o considera correta, na medida em que o indivíduo deve ser alfabetizado digitalmente, ter noções básicas sobre as TICs e sobre como recuperar informação, quais fontes de pesquisa utilizar, como elaborar sua estratégia de busca e a melhor maneira de utilizá-la, devendo tudo isto ocorrer dentro de um programa de capacitação em competências informacionais. p. 91 - (...) é necessário deixar evidente para o indivíduo propenso a participar de um programa de AD de capacitação em competências informacionais que ele entrará em um campo onde a sua necessidade básica será a informação, a mesma informação que quando reconhecida deverá minimizar aquela necessidade. p. 94 - O exemplo vem juntar-se ao coro daqueles que acreditam que, antes de qualquer coisa, o indivíduo tem que perceber a necessidade de informação e ter a consciência de que com isto ele poderá estar mudando o contexto de sua vida profissional e pessoal. p.94 - Portanto, o profissional Bibliotecário/ Informação que não se atualizar diante das tecnologias, estará fadado a ficar e permanecer no limbo da profissão, sem chances de conseguir uma colocação no mercado profissional, já que as organizações cada vez mais necessitam e exigem que um profissional esteja preparado para promover a gestão da informação com foco no usuário. p. 95 - O qual nos deixa clara a necessidade eminente de que antes de qualquer coisa, ou seja, de disponibilizar computadores para escolas públicas, ou a criação de telecentros e outras instituições que se propõem a entrar no “ramo” da AD, deve-se primeiro ter em mente a criação de uma metodologia de capacitação em competências informacionais para que os indivíduos participantes tenham realmente acesso à informação de que necessitam e saibam antecipadamente como será sua capacitação. p.95 -O Proinfo, por exemplo, chegou a ser criticado como um programa que apenas inseriu computadores nas Escolas sem nenhuma preocupação com a capacitação de professores e alunos quanto à utilização daquela máquina até então desconhecida por todos. p.95

Mapa Conceitual – n.º 50/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista)

Referência bibliográfica: PELLANDA, Nize Maria Campos. Leitura digital e complexificação: reflexões sobre a constituição de si. Revista Signo: Santa Cruz do Sul, v. 34, n. 56, jan-jun, 2009. p. 90-98.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: O texto não fala desses sujeitos.

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

MATURANA, 2004; DAMASIO, 2003 - O que acontece no ciberespaço é que se aprende de forma mais próxima do real funcionamento de nosso aparato cognitivo e, por esse motivo, nós nos potencializamos. p. 91
 Edgar Morin (1991), o pensador da complexidade, “complexus é aquilo que se tece junto”. p.95
 - Turkle (1997), o computador implica uma mudança profunda na maneira como pensamos a nós mesmos. Para ela, o computador é um objeto para nos ajudar a pensar e a nos pensar. p. 96
 Roy Ascott - "Cada fibra, cada nó, cada servidor na Net é parte de mim. À medida em que interajo com a rede, reconfiguro a mim mesmo. Minha extensão rede me define exatamente como meu corpo material me definia na velha cultura biológica. Não tenho nem peso, nem dimensão em qualquer sentido exato. Sou medido pela minha conectividade." p.97

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

O texto trata da questão da leitura digital, do novo estrutura de tecer conhecimento baseado na teoria do pensamento complexo. Por/em, o texto não fala da exclusão digital e nem dessa relação com a educação. Mas, fala de uma nova forma de educação.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

O texto não apresenta projetos e nem propostas.

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- Não se tratava mais de uma epistemologia filosófica abstrata, mas do efetivo operar dos sistemas. Era preciso agora conhecer o conhecer”, ou seja, o sujeito cognitivo tem uma necessidade vital de se apropriar do seu próprio processo cognitivo, pois ele o constitui epistêmica e ontologicamente. p. 92 - é o espaço digital como potencializador de cognição/subjetivação pela facilitação de conexões em rede que proporciona. p. 94 - A partir dos ruídos (leituras não-lineares na rede) portanto, os sujeitos vão-se reconfigurando num processo de auto-organização. p. 95 - Vamos observando no processo, nitidos sinais de mudanças nas formas como esses jovens vão-se relacionando com o aprender, com os outros e com eles próprios no processo de aprendizagem. Essa apropriação de si pela autoria, com o auxílio de uma ferramenta digital vai potencializando os sujeitos, como podemos ver na evolução dos textos. p. 96

Mapa Conceitual – n.º 51/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo Acadêmico)

Referência bibliográfica: OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias de. Inclusão/Exclusão Digital em Práticas Comunicativas Populares na Internet no Contexto do Brasil e do México. Anais II Colóquio Binacional Brasil-México de Ciências da Comunicação: São Paulo, abril, 2009. p. 1-11.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: São os sujeitos sem acesso e sem habilidades para apropriação das NTIC's.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

(...) verificamos que além desses eixos de reflexão que são relevantes, quando reconhecem as apropriações e usos que os movimentos populares fazem da internet como mídia popular, precisamos problematizar que no delinear dessas trajetórias, revelam-se processos de exclusão digital em que os sites ou portais idealizados pelos movimentos sociais não são necessariamente programados ou criados por atores sociais desses movimentos, mas recebem o apoio técnico de intelectuais ou instituições governamentais ou não governamentais que de lugares e formas diversas prestam auxílio a essas práticas comunicativas populares. p. 2

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

O autor fala sobre da rádio Mandacaru FM que foi fechada, porém que conseguiu apoio na comunidade para criar um site eletrônico www.bairroellery.com.br que tornou-se a mídia de comunicação do movimento popular. p. 4 e 5

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Sorj (2003,) quando esse autor afirma que discutir a exclusão digital não se trata apenas de medir em nível generalizado através de estatísticas, os usuários de computadores e conexão à internet por domicílio. Essas pesquisas perdem de vista o modo como as classes populares geralmente têm acesso a essa tecnologia em portais coletivos ou Lan Houses. Uma medida por domicílios segundo Sorj (2003), além de deixar de fora a compreensão da qualidade de acesso, desconhece as realidades em que os usuários se relacionam com o computador fora do lar ou em relações informais ou coletivas como o uso: nas escolas, no trabalho, nos vizinhos, através de amigos ou parentes, nas Lan Houses, portais coletivos, nos espaços do movimento popular. p. 3

Downing (2002) e Castels (2003; 2007) sobre os Zapatistas destacam que essa articulação só foi possível graças às colaborações de técnicos e ONGs, tais pesquisas apresentam implicitamente o valor da experiência e evidenciam os processos de exclusão ressaltados por Pimenta e Rivello (2008). p. 9

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- (...) a utilização que os movimentos sociais populares fazem da internet, representa um processo de inclusão digital em que sujeitos sociais, mobilizados e envolvidos em processos de organização e comunicação comunitária e radical, constroem suas visibilidades e expressões comunicativas com os interlocutores com os quais dialogam. p. 1 - É relevante também perceber que esse movimento de usos da comunicação digital também traz em seus significados a realidade de exclusão social e digital que se acumulam nos contextos das classes populares. p. 2 - (...) a utilização da tecnologia e difusão de uma cultura digital ocorre de diferentes formas, as quais o plano estatístico apenas quantitativo não dará conta. p. 3 - Vendo-a, inclusive, como um processo contínuo de exclusão/inclusão digital ocorrendo de forma simultânea, pois à medida que os movimentos sociais vivenciam experiências de comunicação popular que envolvem o uso da internet, seus sujeitos entram em contato com essas tecnologias e se apropriam dessa mídia para a efetivação de tarefas e práticas comunicativas em suas manifestações e lutas sociais. p.3 - Portanto, a execução de uma mídia comunicacional na organização dos movimentos sociais populares não revela apenas sua dominação da nova tecnologia, nem somente os usos e apropriações fundamentais que são experienciados, mas ressaltam também, o trajeto que esses sujeitos enfrentam numa sociedade excludente social e culturalmente. p. 7 - Acreditamos que depois de evidenciado que essas dimensões fazem parte de desconhecimentos e de contextos de exclusão, veremos que os processos de apropriação ocorreram em constante revelação de conquistas e de elementos que podem ser associados a limitações. p. 8 - (...) retomamos essa discussão para revelar que até mesmo esse importante processo e utilização dos movimentos sociais da Internet, seja no México, no Brasil ou em realidades de desigualdades sociais, revelam um constante processo de inclusão/exclusão digital que se constrói pautado nas realidades de contextos sociais de desigualdades políticas e sociais. p. 10 - Acreditamos que a constatação dessa problemática é relevante para não idealizarmos o uso que os movimentos sociais fazem da internet como algo fora de tensões e conflitos. Essa também é uma vertente diferente de se discutir a exclusão digital distante de dados estatísticos que mensuram o acesso a internet, seja em termos quantitativos ou qualitativos. p. 10 - Por esse motivo, ao discutirmos os usos que os movimentos sociais fazem da internet enquanto mídia comunitária, estamos procurando compreender não apenas o acesso, mas as diferentes formas de usos e apropriações entre conflitos, mediações, exclusões. São essas, as possibilidades de utilização que encontramos e não podemos ver apenas que esses segmentos estão tendo acesso, mas procurar aprofundar-nos em entender as diferentes relações que se estabelecem e identificar os níveis de inclusão/exclusão social que os movimentos sociais enfrentam e refazem. p. 11

Mapa Conceitual – n.º 52/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista)

Referência bibliográfica: NEVES, Barbara Coelho. SANTOS, José Carlos Sales dos. CUNHA, Neubler Nilo Ribeiro da. Abordagem Cognitiva em inclusão digital: um estudo infométrico no portal de periódico da Capes de 2002 a 2006. João Pessoa: Revista Inf. & Soc.: Est., 2009. p. 77-90.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: O texto não fala desses sujeitos, mas apresenta a inclusão digital em uma abordagem cognitiva.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

O texto não traz o conceito de exclusão e nem faz relação com a educação, pois o foco do texto é tratar do termo antagônico que é a inclusão digital em uma perspectiva cognitiva ao invés de somente social. Os resultados apontam como a perspectiva cognitiva aparece.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

O texto não apresenta proposta e nem projeto.

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

BARBOSA; NEVES; SANTOS; 2006 - A inclusão do cidadão (a primeira e mais importante peça neste jogo) “[...] é um desafio visto que é preciso romper com a exclusão digital”, p. 81

BARBOSA; NEVES; SANTOS, 2006 – não basta apenas a disponibilização do acesso, mas todo um processo complexo que vai desde a indução, isto é, de maneira educativa (onde a aprendizagem tem papel fundamental) até a exploração máxima dos meios digitais na atual era da informação. (p.82).

Warschauer (2006 apud NEVES; GOMES, 2008) a obtenção de letramento e o acesso às TICs proporcionam habilidade para o indivíduo processar e utilizar a informação, que só é possível por meio da conectividade, um viés essencial para promoção da inclusão digital. p. 82

Entretanto estender as formas de acesso para cidadãos, a exemplo dos “incluídos” por PIDs (Pontos de Inclusão Digital), já é um resultado no mínimo estimulante para se agregar alternativas que visem associar a disponibilização de TICs e conectividade juntamente com incitação de habilidades que promovam a produção do conhecimento nessas iniciativas. (NEVES; GOMES, 2008).

Warschauer (2006) - A importância da abordagem cognitiva para inclusão digital está respaldada na convergência dos recursos (digital, social, humano

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- (...) o volume inédito de informações que circulam em uma malha dinâmica e flexível que vem reconfigurando, dentre outros aspectos, todo o contexto da comunicação. Essa malha convergente, chamada de rede, possibilita a rapidez do fluxo de informações, e conseqüentemente à necessidade de avaliar e mensurar não somente os canais em si, mas também o processo de circulação armazenamento e principalmente o conteúdo circulante. p. 77 - A inclusão digital é uma efetiva ferramenta que, adotada como política, pode alterar, de alguma forma, o presente quadro de pobreza dos países periféricos e ajudar a

diminuir as desigualdades gritantes dos 'semiperiféricos'. p. 81 - A inclusão digital (...) a universalização do acesso (combatendo desigualdades e promovendo a cidadania), a educação e aprendizado ao longo da vida (desenvolvendo competência). p. 82 - Os dados coletados apresentaram predominância da abordagem cognitiva para o nível de doutor. Acredita-se que a razão para isto seja a preocupação, por parte deste, em vislumbrar uma convergência da técnica com os aspectos ligados à educação para favorecer o desenvolvimento dos sujeitos. p. 86 - Assim, percebe-se que 66,7% das publicações fazem referência em seus resumos e palavras-chave às informações que descrevem PIDs (Pontos de Inclusão Digital) relacionados às informações voltadas para empregabilidade e capital social, ou seja, questões classificadas por Lemos e Costa (2005) como categorias ligadas à inclusão digital com ênfase na abordagem social. p. 86 - Este resultado possibilita a observação que, apesar de haver uma diferença entre a categoria de abordagem cognitiva e social, percebe-se que tem crescido entre estudos isolados a investigação da cognitiva. p. 88 - (...) cabe observar que começa a ganhar consistência a ideia de convergência da técnica (computadores e conexão) com a exploração de atividades ligadas, de maneira implícita, a algum tipo de desenvolvimento do indivíduo. p. 88

Mapa Conceitual – n.º 53/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista)

Referência bibliográfica: LOCATELLI, Odete Catarina. Tecnologia e implicações na educação. Revista Pedagógica UNOCHAPECÓ, Ano 11, n. 22, jan-jun, 2009. p. 71-83. ISSN1984-1586

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Não fala sobre o sujeito excluído, mas ressalta que a educação precisa romper e se apropriar das ferramentas tecnológicas para que seja inserida no contexto do ciberespaço.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

Aqui o autor fala da relação da tecnologia na educação: - Na educação, o computador tem sido utilizado para vários fins: em pesquisas, em estudo, programação computacional, entre outros. A introdução da computação nas escolas tem provocado uma verdadeira revolução em nossa concepção de ensino e de aprendizagem. (VALENTE, 1991). p. 74

Aqui encontro uma resistência ao digital, excluindo a tecnologia da escola - Por outro lado, quanto à socialização da informática, a resistência na escola é ainda contundente, inclusive pelo que se tem observado nos resultados de pesquisas sobre a educação ambiental publicados. Muitos professores ainda temem que a utilização de linguagens inovadoras como as possibilidades da hipermedia fragilizam o papel docente no processo de ensino-aprendizagem. p. 74

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Não apresenta projetos ou propostas, mas ressalta a importância da apropriação das ferramentas tecnológicas e digitais na escola para melhor aproveitamento do contexto da nova cultura digital.

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Lévy (1990), que as tecnologias da informação, ou conforme denomina o autor, as “tecnologias da inteligência” ou da “mente”, cada vez mais presentes na sociedade, propiciam uma nova discussão em torno da filosofia do conhecimento. P. 72 SHILLING, 2006, p. 10 - Dizem que na primeira reunião da congregação docente feita naquela casa do saber, em seguida à chegada da notícia do extraordinário acontecimento que se dera em Mainz, à desolação fora em geral. Os professores ingleses, desconsolados, acreditaram que, com a vinda dos livros impressos, eles não teriam mais função. No futuro, pensaram eles, qualquer um poderia adquirir um livro e aprenderiam tudo, por si mesmos. p. 72. 1962, Macluhan estava se referindo à televisão como um meio de comunicação de massa capaz de encurtar as distâncias e o tempo via satélite. No entanto, somente agora, com as tecnologias de convergências, como o celular e a internet, é que o conceito começa a se concretizar. P. 73 Catapan, 2001 - Se os professores soubessem utilizar todos os recursos de comunicação que atualmente estão disponíveis, certamente minimizariam as limitações de tempo e de espaço que são os grandes gargalos nos processos de elaboração e gestão do conhecimento. p. 74 Alava (2002) propõe que se conceba todo dispositivo didático em sua dimensão comunicacional. p. 76 Catapan (2001, p. 143) “[...] o processo de trabalho pedagógico se constitui na indeterminação entre cultura e educação, mediadas pela comunicação que precisa aproximar-se cada vez mais do novo modo de ser, do saber e do apreender dos sujeitos”. p. 76 ALAVA, 2002, p. 21 - “O ciberespaço é hoje um espaço de mobilidade das práticas de formação. Devemos abordá-lo de forma pluridisciplinar, a fim de captar alguns eixos norteadores das inovações futuras”. (p. 76). LEVY, 1999, p. 92 - “Eu defino o ciberespaço como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores”. (p. 76). Levy (1999), estamos em vias de tecer uma enorme rede digital sobre o planeta que, aos poucos, conecta tudo a todos. Imersos nessa rede – o ciberespaço –, nossas culturas nacionais fundem-se lentamente a uma cultura globalizada e cibernética. p. 79 CATAPAN, 2003, p. 117 - o processo de trabalho pedagógico que se constitui na interdeterminação entre cultura e educação mediado por diversas formas de comunicação precisa aproximar-se cada vez mais do novo modo do ser dos sujeitos. “Portanto, o desafio está em descobrir no espaço privilegiado do processo pedagógico as possibilidades de interação que ocorrem na relação professor-aluno, conhecimento mediado pela tecnologia de comunicação digital”. (p. 80).

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- O problema é a celeridade das transformações técnicas – científicas em descompasso com as transformações culturais mais amplas. Esse descompasso amplia a margem de exclusão social. Lévy (1990) diz que o princípio de responsabilidade não representa unicamente a responsabilidade que temos com os outros, mas com as gerações futuras. P. 72 - A disseminação do uso de computadores como máquinas de uso pessoal ampliou o acesso a um maior número de pessoas e de empresas, intensificando a necessidade de sistematização e disseminação e um número cada vez maior de informações entre usuários. p. 74 - (...) as novas tecnologias da informação e da comunicação propiciam uma política de renovação pedagógica e tecnológica, como Escudero (1992, apud Sancho 2001, p.179) assinala. p. 75 - Sendo a educação um processo interpretativo no qual o sentido é o diálogo e o essencial não é a transmissão de informações, mas

a construção de sentido com os aprendizes, a integração de novas tecnologias aos processos ensino-aprendizagem pode assumir várias formas. p. 76 - Essas tecnologias nos oferecem a imagem de um mundo cada vez mais complexo. As ferramentas tecnológicas podem ser excelentes auxiliares de ensino, mas em nenhum caso, concorrerão com o professor. As TICs são suportes para os cursos, mas os professores devem continuar se aperfeiçoando pelo acréscimo de mais interatividade. (ALAVA, 2002, p. 147). p. 79 - Nas palavras de Lévy, estamos vivendo a abertura de um novo espaço de comunicação, e cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas desse espaço no plano educacional, econômico, político, cultural e humano. p. 79 - (...) constitui um novo paradigma para o processo de ensino-aprendizagem requerendo tanto do professor quanto dos alunos mudanças que não diminuirão o esforço disciplinado do estudo, mas podem potencializar o tempo e encurtar os espaços, articulando inúmeros indivíduos numa comunidade de aprendizagem. p. 81

Mapa Conceitual – n.º 54/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista)

Referência bibliográfica: MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. CHAGAS, Gleison José do Nascimento. Desafios para a inclusão digital no Brasil. Revista Perspectivas em Ciência da Informação, v. 13, n.1, p. 67-94, jan./abr., 2008. p. 66-94.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Sujeitos que possuem dificuldade no acesso e no uso das novas TIC's por conta da desigualdade social no território brasileiro.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

O que se pretende afirmar, de todo modo, é que, a despeito da relevância de boa parte desses projetos do Terceiro Setor, a somatória dessas iniciativas jamais terá o alcance dos projetos conduzidos pelo setor público. p. 85. – Esse artigo critica as pesquisas do IBGE no que tange a aferir as pessoas digitalmente incluídas. ver p. 85, 86 e 87

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

(...) fazendo do fator cognitivo outro elemento que limita as possibilidades de se construir no país um projeto de efetiva ampliação da inclusão digital. p. 71 (...) a capacidade de compreensão e a possibilidade de se utilizar efetivamente todas as potencialidades oferecidas pelas tecnologias de informação e comunicação são bastante diferenciadas na população brasileira, dado o alto grau de desigualdade na educação formal das pessoas. p. 71 (...) a exclusão digital amplia a miséria e coloca obstáculos ao desenvolvimento econômico em geral e ao desenvolvimento das habilidades pessoais, em particular. p. 83 (...) os novos produtos TIC's aumentam, em princípio, a pobreza e a exclusão digital. Sorj e Guedes, 2005. (p. 83) (...) é fundamental que a inclusão digital seja definitivamente inserida no processo educacional brasileiro, constituindo-se como parte dos valores sociais que permitam aos indivíduos exercerem sua plena cidadania dentro do ambiente escolar e já desde tenra idade. p. 84
A formulação de políticas públicas, no Brasil, deve abarcar não apenas uma decisão de investimento em bens materiais (compra de equipamento, ampliação de linhas telefônicas etc.), mas também uma melhoria das condições do ensino básico, que possa dotar a população em idade escolar de capacidade cognitiva para compreender e processar as informações e símbolos disponibilizados pelo acesso dessas pessoas à Internet. p. 89

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Tremblay (2005) – não nega que estejam em curso mudanças importantes no processo de produção capitalista, mas ressalta que essas mudanças não tem conduzido a uma ruptura com o anterior modelo capitalista, mas sim a uma continuidade, sob novas bases, do modelo de desenvolvimento industrial fundado na inovação científica e tecnológica que tem caracterizado o capitalismo dos países desenvolvidos desde pelo menos o final do século XXI. p. 70

Proenza (2003) – salienta que o próprio desenvolvimento das TIC, ocorrido sob o processo de globalização atual, tende também a criar novos elementos que contribuem para ampliar as desigualdades econômicas. p. 70

Proenza (2003) – destaca também que há uma correspondência entre esses indicadores e os indicadores de níveis e de distribuição de renda. Ou seja, países com renda per capita menor e/ou com renda mais concentrada são justamente aqueles que ostentam os mais eloquentes indicadores de infoexclusão. p. 70

Ramonet, 1998 – sublinha que os notáveis índices de desigualdade refletem-se também na distribuição mundial do acesso digital. p. 70

Bolaño, 2003 – destaca que a expansão recente da internet no Brasil foi expressiva, especialmente a partir da segunda metade da década de 1990, colocando o país entre os 11 primeiros colocados no mundo em número de hosts. p. 80

Silveira (2005) – está entre os que apregoam a importância de se implementar políticas públicas como forma de reduzir a “infoexclusão”. (...) “a luta pela inclusão digital pode ser uma luta pela globalização contra-hegemônica se dela resultar a apropriação pelas comunidades e pelos grupos sociais socialmente excluídos da tecnologia da informação p. 82

Silveira, 2007 – A apreensão dos conteúdos gerados pelas TIC’s promove não apenas a óbvia ampliação e democratização do conhecimento, como também uma mais equânime apropriação da riqueza social produzida pela “Sociedade da Informação e da Comunicação”, ao permitir inserção mais qualificada dos mais pobres no mercado de trabalho, sem contar as melhores condições de acesso à cultura e ao entretenimento por parte de camadas cada vez mais amplas da população. p. 85

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- Segundo o autor “Ramonet (1998)” a expansão da internet tem gerado uma nova desigualdade, denominada por ele de “inforricos” e “infopobres”. p. 70 - Esta diferença (cognitiva) não é captada pelos indicadores tradicionais de inclusão digital (percentual de acesso a computadores, e percentual desses que são conectados a internet), fazendo crer que a evolução dos dados de ampliação da inclusão digital no Brasil na verdade não retratam uma realidade tão positiva como parece sugerir a fria análise das estatísticas. p. 72 - Por fim, deve-se lembrar que os custos de acesso a Internet (pagamento de linha e/ou de provedores de acesso) excluem certos setores produtivos, algumas empresas de pequeno porte e também muitas pessoas do uso das TIC’s, acentuando as diferenças geradas

pelas oportunidades de mercado para as empresas e pelas oportunidades profissionais entre as pessoas. p. 72 - (...) a gravidade e o caráter estrutural dos problemas de inclusão social no país ainda se colocam da mesma maneira que se colocavam no início e meados dos anos 1990, quando surgiram as TIC's no Brasil. Da mesma forma, nesse cenário econômico deteriorado colocam-se dificuldades materiais para que de fato sejam praticadas políticas públicas de inclusão digital no Brasil. p. 75 - Dado os elevados índices de inclusão digital na América do Norte e na Oceania, essas regiões concentram um percentual de internautas em relação ao total mundial muito superior às suas respectivas populações. p.78 - (...) é importante mencionar que o caso brasileiro, (...), é bastante peculiar pelo fato de ter se caracterizado por um crescimento espetacular da rede (WILSON, 2000; SILVEIRA E CASSINO (org.), 2003) quer o fenômeno seja avaliado pelo crescimento do número de hosts, quer pelo número absoluto de pessoas "digitalmente incluídas" a cada ano. p. 80 - (...) torna-se cada vez mais imperiosa a necessidade de se constituírem políticas públicas de acesso da população brasileira aos mais modernos recursos das Tecnologias de informação e comunicação (TIC's), dentre as quais a internet talvez seja o maior símbolo. p. 81 - É por isso que a necessidade de políticas públicas de inclusão digital se impõe, pois a introdução inicial das TIC's, na verdade, aprofunda as desigualdades existentes e mesmo cria novas assimetrias sob o Capitalismo Contemporâneo. p. 83 - O que os estudos mais recentes e relevantes sobre exclusão/inclusão digital mostram é que o grau de desenvolvimentos econômico define os limites da dimensão da inclusão digital de uma sociedade. p. 88 - (...) existe a necessidade também de se dotar suas respectivas populações de uma melhor capacidade cognitiva para acessar e processar as informações. Tal fato parece óbvio, mas não existem ainda trabalhos que consigam, nem minimamente, "medir" essa capacidade cognitiva – o que compromete a qualidade dos indicadores mais tradicionais de "inclusão digital". p. 88, 89 - (...) assim como foi necessário que a educação tornasse política pública no país para que o analfabetismo fosse reduzido substancialmente, também no caso da inclusão digital (ou da superação do chamado "analfabetismo digital") será necessária a elaboração de políticas públicas e que o Estado tome as rédeas desse processo de ampliação da inclusão digital, assumindo seu papel na promoção de todas as camadas da população em direção ao domínio das TIC's. p. 88 - (...) a atual revolução tecnológica, ao contrário da primeira e da segunda Revoluções Industriais, baseia-se nas chamadas tecnologias da inteligência e, portanto, requer maiores esforços cognitivos por parte das pessoas para transformar informações em conhecimento, obtendo, assim, capacidade de inserção mais qualificada no mercado de trabalho. p. 89

Mapa Conceitual – n.º55/2016 ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista) - Brasil, Gabrielle

Referência bibliográfica: BESSA, Vagner de Carvalho; NERI, Marcelo Batista; TERCI, Daniela Cristina. Sociedade do Conhecimento. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p.3-16, 2003

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Pessoas que não têm ou têm acesso limitado à internet.
--

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Currás, Nanclares e López (2001) termo nova economia. Schreyer (2000) variações da abordagem de nova economia. Cohen et al. (2000) ampliação das possibilidades das tecnologias de informação e comunicação. Porcaro (2001) Sociedade da Informação ou Sociedade do Conhecimento. Unesco (2002) estatísticas e indicadores. PNUD (2002) estimativa com relação à justiça econômica do ponto de vista do uso da Internet. Tápia; Rallet (2000) Serviço universal. Navarro (2001) Monitoramento da questão de exclusão digital. Takahashi (2000) difusão das novas tecnologias de informação. OCDE (1997) dificuldade de mensurar o comércio eletrônico. Mesenbourg (2001) definição de comércio eletrônico. Porcaro (2001) temas do comércio eletrônico.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Não propõe projetos.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

O texto define a exclusão como as necessidades específicas de grupos e classes sociais.
O texto não faz relação da Exclusão digital com a Educação.

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas: O autor inicia o texto afirmando que o desenvolvimento econômico depende dos paradigmas produtivos que atingem o modo de produção de bens e serviços. Existe a convicção que os segmentos que houve modificações através das tecnologias digitais, mostram potencial econômico para a criação de emprego qualificado e criação de renda. Como há um vasto campo de aplicações das novas tecnologias, tem surgido o debate de como medir os impactos do desenvolvimento e difusão das TICs sobre a vida econômica e social. O autor afirma que leituras menos otimistas, apontam que a difusão diferenciada das novas tecnologias, quando não reforçam, repete a exclusão. Muitos modelos de macroindicadores são criados para mensurar a TI, mas segundo o autor, muitas dificuldades são encontradas para quantificar questões pelo seu caráter intangível. Planos dos temas de abordagem do comércio eletrônico são citados, como: barreiras, Uso, Infra-estrutura e Impactos. O autor aponta que o número de computadores em uma empresa podem indicar o grau de informatização de um setor de atividade econômica. Além disso, faz a conexão da empresa com o mundo digital. Do ponto de vista microeconômico, por sua vez, há um entendimento generalizado e mais consensual acerca da liderança que os setores ligados às novas tecnologias exerceram sobre a Globalização Industrial. P.1 A importância das redes de aprendizado se fortalecem como novos padrões de competitividade e as informações dirigidas às inovações tecnológicas e produção de conhecimento passam a constituir um importante insumo para o processo de reestruturação produtiva. P.1 O impacto é observado no mercado de trabalho, nas relações comerciais, no crescimento econômico, na forma de produzir, coordenar e distribuir bens e serviços e no cotidiano dos indivíduos; na maneira que adquire informações, aprende, negocia, interage, etc. P.2 Nesse

contexto, a questão da “exclusão digital” ou da “inoinclusão” surge como temática privilegiada que enfatiza a necessidade de políticas públicas voltadas não apenas para universalização ao acesso às novas tecnologias de comunicação e informação, mas também aos benefícios globais da sociedade do conhecimento. P.2 Muitos elementos contribuem para avaliar as realizações tecnológicas, mas em geral poucos são levados em consideração para mensuração, devido à dificuldade de obtenção e compatibilidade encontrada. P.2 Existe um número de indicadores que refletem objetivamente o grau de difusão das novas tecnologias e vêm sendo investigados de forma regular por organismos internacionais, como será abordado mais adiante. P.3 O esforço para a assimilação de novas tecnologias é impulsionado pela necessidade de informatização mais mediata de alguns setores da administração municipal. P.4 Entende que as questões sobre a exclusão digital não se resumem às características dos indivíduos, mas às necessidades específicas de classes e grupos sociais. P.4 Portanto, cabe lembrar que importantes exemplos de levantamentos podem ser citados, visto que, além das pesquisas realizadas pela Fundação Seade, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) coleta dados como número de PCs e de acesso doméstico à Internet, a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) afere o número de domínios, o Ministério da Educação avalia o acesso à TI na escola e a disponibilidade de serviços de suporte, o Ministério do Planejamento levanta a abrangência dos serviços públicos via Internet, institutos independentes estimam informações como acesso à Internet no trabalho e usuários de telefonia celular, etc. P.12

Mapa Conceitual – n.º 56/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo Acadêmico)

Referência bibliográfica: ROCHA, Eliane Cristina de Freitas. Problematizando a Inclusão Digital. Anais XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: UNB, 6 a 9 de setembro, 2006. p. 1-15

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: os sujeitos que não possuem consciência cidadã dentro dessa nova cultura digital

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

É importante considerar, porém, que a tecnologia da informação não pode ser considerada a solução para o grande déficit educacional do Brasil, e que dificilmente ações de inclusão digital isoladas conseguem formar todas as competências requeridas para a fluência tecnológica ou podem levar à autoconscientização dos grupos. p. 6

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

Não fala do conceito de exclusão digital, mas destaca o antagônico termo Inclusão digital: - Inclusão digital = fluência tecnológica + formação da cidadania (letramento digital consciente). entendendo a fluência tecnológica como o aprendizado de habilidades de uso de ferramentas atuais, entendimento de conceitos computacionais e desenvolvimento da abstração necessária para pensar tecnologicamente e o letramento digital consciente como a colocação da fluência tecnológica a serviço do desenvolvimento humano e social numa perspectiva emancipatória. p. 6 e 7.

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Warschauer (2002), Fragoso (2004), Borges (2005) e por mim (Rocha, 2005) a inclusão digital não acontece apenas quando são (re)conhecidos os recursos do hardware e do software de PCs (Personal Computers) pelas pessoas, mas, acontece, essencialmente, quando os recursos da tecnologia da informação são apropriados de forma significativa pelos sujeitos e pela comunidade que os cerca. p. 1

ALMEIDA, 2005, p.174 Tomar como referência as ideias de Paulo Freire sobre alfabetização como leitura da palavra por meio da leitura do mundo conduz a conceituar letramento digital como domínio e uso da tecnologia de informação e comunicação para propiciar ao cidadão a produção crítica de conhecimento, com competência para o exercício da cidadania e para inserir-se criticamente no mundo digital como leitor ativo, produtor e emissor de informações. Nessa perspectiva, o letramento digital cria condições que favorecem a inclusão crítico-social e o desenvolvimento de uma fluência tecnológica que permite conectar a educação libertadora com as demandas do mundo do trabalho. p.3

Santaella (2004), o meio digital forma novos leitores, os leitores imersivos, diferentemente do perfil do leitor contemplativo anterior ao período da revolução industrial e do leitor movente das cidades. Este leitor imersivo é obrigado a escolher rotas, links para realizar a leitura de hiperdocumentos, operações para escolha de programas e mobiliza não apenas o sentido da visão, mas também seu sentido háptico: todo o corpo é envolvido com a operação das máquinas informáticas, exigindo prontidão imediata dos usuários. p.3

NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1999 - A fluência tecnológica requer um processo de aprendizado ao longo da vida, no qual indivíduos continuamente aplicam o que eles sabem para adaptarem-se às mudanças e adquirir mais conhecimento para serem mais efetivos na aplicação da tecnologia da informação no seu trabalho e em suas vidas pessoais. p. 5

Weiser in Dix, 2004, p.181 - A ideia da computação ubíqua é a de que “as tecnologias mais profundas são aquelas que desaparecem. Elas se entrelaçam às nossas roupas do dia a dia, até que se tornam indistintas delas¹⁴”. p. 11

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- É preciso estar atento, portanto, à forma com a qual acontece a apropriação dos recursos tecnológicos. As ações de inclusão digital devem contemplar não somente a alfabetização digital – reconhecimento dos recursos de hardware e software – mas também deve se voltar à efetiva competência na utilização de tais recursos – o chamado letramento digital. p. 2 e 3 - se entende por letramento digital como domínio e uso crítico dos recursos tecnológicos, que nesta perspectiva envolve a criação de leitores ativos, produtores e emissores de informação no meio digital. p. 3 - As “novas tecnologias” são digitais porque são criadas a partir de circuitos eletrônicos digitais, os quais são fundados sob a operação de níveis de tensão ausente ou presente (0 ou 1). A combinação de 0s e

Is forma letras, números, imagens, sequências inteiras de operação (como os programas). Para Tocci (1991), a técnica digital têm substituído a analógica com sucesso, já que os circuitos são mais precisos, mais fáceis de projetar, menos afetados ao ruído, aptos à integração e permitem fácil armazenamento de dados. p. 7 - a aquisição de habilidades em programas de computadores atuais não garante a fluência tecnológica. Ou seja: a participação em treinamentos de recursos computacionais não é suficiente para tal. Isso se deve a uma razão principal: os recursos que são utilizados hoje serão diferentes no futuro e, para que se esteja preparado a lidar com as mudanças tecnológicas é necessário entender os fundamentos da tecnologia para continuar aprendendo sempre sobre ela. p. 7 - os paradigmas de interação dos seres humanos com os dispositivos digitais vêm se modificando ao longo do tempo. p 9 - A questão que se coloca é saber se o desenvolvimento de relações interpessoais e o adentramento em redes de relações através dos meios digitais requerem ações de ensino formais. O conhecimento dos conceitos técnicos de rede e o reconhecimento das pragas virtuais parecem ser propícias a ações de ensino formais, enquanto que a formação dos relacionamentos vem, muitas vezes, através de ações de aprendizagem do meio social, informalmente. p. 10 - (...) o desenvolvimento da fluência digital está associado à abstração necessária para entendimento da lógica de operação digital dos dispositivos tecnológicos e da capacidade de abstrair o seu significado e uso. p. 12 - a escola deveria ser a principal realizadora de tal projeto, mas uma escola nova, nos moldes de Kilpatrick (1965) e Lima (1971). Ela deve ajudar a desenvolver a capacidade de abstração, a capacidade de lidar com a complexidade, a capacidade de cooperar, a capacidade de ler e escrever e deve promover abertura para o mundo em mudança. Além de prover, também, meios para a apreensão de conceitos e aquisição de habilidades ligadas à tecnologia da informação. E, mais importante do que isso, ela é essencial para a formação da consciência cidadã. O indivíduo sozinho, por mais que adquira competência técnica, não formaria todas estas habilidades (especialmente a consciência cidadã e a conscientização dos limites da tecnologia). p. 13

Mapa Conceitual – n.º 57/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista)

Referência bibliográfica: PRETTO, Nelson. PINTO, Cláudio da Costa. Tecnologias e novas educações. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 31, jan./abr. 2006, p. 19-30.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Pessoas não conectadas ao ciberespaço

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Castells, 1999 - Há muitos exageros sobre a importância e o poderio da Internet, mas vale salientar que ela é posterior à invenção da organização social em redes, que, essencialmente, não depende dos aparatos telemáticos para se constituir, uma vez que se organiza através de outros códigos, como é o caso do tráfico nos morros do Rio de Janeiro e de muitos outros exemplos. p. 20

Tais sistemas constituem-se em elementos estruturantes (Preto, 1996) de uma nova forma de ser, pensar e viver. A dimensão estruturante das tecnologias da informação, que Pierre Lévy (1993) denomina de tecnologias coletivas ou tecnologias da inteligência, tem mexido muito com todos nós, especialmente os educadores. p. 22

Edvaldo Couto (2000), no interessante O homem satélite: estética e mutações do corpo na sociedade tecnológica, traz essa discussão para o nosso cotidiano e analisa a presença dos cyborgs, que passam a ocupar espaços na sociedade contemporânea. p. 22

Leila Dias, “as redes se instalam sobre uma realidade complexa, e não em espaços virgens” (1995, p. 148). p. 23

Schaff, 1995 – (...) o fim do trabalho como o conhecemos hoje, atribuindo à educação o papel de suprir o sentido para a vida, a exemplo do que, em grande parte, se obtém hoje da realização no trabalho. p. 23

Lévy, 1999 - Isso tudo possibilita a socialização dessas capacidades, dando origem à inteligência coletiva, encarnada em um novo lugar, o ciberespaço. p. 24

Gilberto Gil (2004): [...] o que está implicado aqui é que o uso de tecnologia digital muda os comportamentos. O uso pleno da internet e do software livre cria fantásticas possibilidades de democratizar os acessos à informação e ao conhecimento. Maximizar os potenciais dos bens e serviços culturais, amplificar os valores que formam o nosso repertório comum e, portanto, a nossa cultura, e potencializar também a produção cultural, criando inclusive novas formas de arte. p. 29

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- para a sua viabilização, precisamos considerar a democratização do acesso à Internet como peça-chave para que a população possa ter a possibilidade de organizar-se de modo horizontal. p. 20 - A ampliação do acesso às classes C, D e E é atribuída muitas vezes à implantação de telecentros e infocentros, além da conexão de escolas públicas à rede. p. 21 - Os movimentos associados ao que está sendo denominado de ciberespaço têm trazido para a cena contemporânea algumas novas reflexões sobre as possibilidades de superação dessas perspectivas, com estudos que apontam para novas possibilidades de utilização de métodos, estruturas e estratégias de cooperação na Internet, à luz das ferramentas disponíveis para o desenvolvimento de aplicações para a rede. p. 21 - A relação homem-máquina torna-se uma relação fundada em outros parâmetros, não mais de dependência ou subordinação, mas uma relação que implica o aprendizado dos significados e significantes inerentes a cada um, e também o imbricamento desses elementos. p. 22 - Poderíamos pensar na

maquinização do ser humano, como também na humanização das máquinas. Acompanhamos um aumento significativo de pessoas com próteses artificiais que tanto modificam seus corpos quanto suas possibilidades de atuação na sociedade. p. 22 - máquinas que não mais estão apenas (apenas?! a serviço do homem, mas que com ele interagem, formando um conjunto homem-máquina pleno de significado. p. 24 - Somos cidadãos e consumidores, emissores e receptores de saber e informação, seres ao mesmo tempo autônomos e conectados em redes, que são a nova forma de coletividade. Irresistível! Nada melhor do que o espaço da escola para essa revolução. p. 29

Mapa Conceitual- n.º 58/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo) - Brasil, Gabrielle

Referência bibliográfica: SILVEIRA, Sergio Amadeu. INCLUSÃO DIGITAL, SOFTWARE LIVRE E GLOBALIZAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA. 2003. BRASIL-Software Livre no Governo do Brasil. Disponível em: <http://www.softwarelivre.gov.br/artigos/artigo_02/>. Acesso em: 13 set. 2015.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Os dados sobre a universalização do acesso à Internet ainda são bastante incipientes e as projeções são discutíveis, variadas e por vezes conflitantes. P.2

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

Exclusão do acesso à Internet. P.2
O texto não faz relação da Exclusão digital com a educação.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Transformar a inclusão digital em política pública. P.12
Modelos distintos de acessibilidade, como: (1) unidade de inclusão; (2) opções tecnológicas; (3) atividades disponíveis; (4) monitoria das unidades; (5) sustentabilidade das unidades; (6) autonomia e participação das comunidades. P.16

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- qual o sentido de se falar em exclusão digital? A exclusão digital não seria uma mera decorrência da exclusão social? Seu enfrentamento não seria consequência da melhoria de condições de vida e renda da sociedade? Em outras palavras, até que ponto o combate a esta exclusão seria importante diante de tantas carências? P.1 -Portanto, a inclusão digital dependeria de alguns elementos, tais como, o computador, o telefone, o provimento de acesso e a formação básica em softwares aplicativos. P.2 - O capitalismo torna-se uma sociedade dependente de tecnologias da inteligência, ou seja, que ampliam imensamente a capacidade de gerar conhecimento, o que requer um preparo e capacitação complexa de amplos segmentos da sociedade. Por este motivo, existe um outro lado estratégico da inclusão digital. É exatamente o que se refere a indispensável massificação do uso das tecnologias da informação pelo conjunto da sociedade, não somente pelos seus segmentos de elite. P.7- Na América Latina, o cenário de exclusão é nítido. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a

Infância (Unicef), no início do século XXI, 60% das crianças da região eram pobres, sem condições de atendimento de suas necessidades básicas. P.9 -A luta pela inclusão digital pode ser uma luta pela globalização contra-hegemônica se dela resultar a apropriação pelas comunidades e pelos grupos sociais socialmente excluídos da tecnologia da informação. P.11 - a exclusão digital amplia a miséria e dificulta o desenvolvimento humano local e nacional. A exclusão digital não se trata de uma mera consequência da pobreza crônica, mas torna-se fator de congelamento da condição de miséria e de grande distanciamento das sociedades ricas. P.12 - O governo federal deve produzir uma política de inclusão digital em conjunto com Estados e municípios. O Município é a unidade fundamental do poder público para a inclusão digital. Deve ser envolvido e ouvido, pois a manutenção e o sucesso dos programas de inclusão dependem do convencimento do Poder local. P.14 -Em relação às políticas públicas nacional, estaduais e municipais é mais indicado que as forças de mercado contribuam como conselheiras e não nos fóruns com poder decisório, principalmente, as empresas que serão diretamente beneficiadas pelas políticas de inclusão digital por venderem hardware, software, conexão e provimento de acesso. P.14 - O primeiro, trabalha a inclusão digital voltada à ampliação da cidadania, buscando o discurso do direito de interagir e o direito a se comunicar através das redes informacionais. O segundo, focaliza o combate a exclusão digital como elemento voltado à inserção das camadas pauperizadas ao mercado de trabalho na era da informação. Assim, o foco da inclusão tem o seu epicentro na profissionalização e na capacitação. O terceiro, está voltado mais à educação. P.15 - Vamos retomar a definição mínima de inclusão digital como a universalização do acesso ao computador conectado à Internet, bem como, ao domínio da linguagem básica para manuseá-lo com autonomia. Nesse sentido, a política pública de inclusão digital pode ser analisada como uma política pública de acesso a alguns elementos ou instrumentos fundamentais da era informacional. P.15 - O combate à exclusão digital está intrinsecamente ligado à democratização e desconcentração do poder econômico e político. P.24

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

LEMOS (2001: 16) luta contra a exclusão. P.8 SOUZA SANTOS (Souza Santos, 67) lutas contra a exclusão, inclusão subalterna P.11 SOUZA SANTOS (Souza Santos, 75) mensagem central para Inclusão. P.12 (CASTELLS, 1999: 499) vínculo entre o combate a exclusão digital e o movimento do software livre. P.25

Mapa Conceitual n.º 59/2016 – ARAUJO, A.M. (Dissertação) - Brasil, Gabrielle

Referência bibliográfica: GONÇALVES, Victor Hugo Pereira. Inclusão digital como direito fundamental. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Direito, Direitos Humanos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: As pessoas negras, principalmente as mulheres negras. p. 54

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

Desta forma, pode-se concluir que a exclusão digital é um prolongamento do posicionamento periférico em que estes países (países desenvolvidos) estão no sistema internacional. P.38

A exclusão digital relacionada à educação é um problema social e não tecnológico. Se o contexto educacional, formal e informal, exclui, interdita e afasta a compreensão da complexidade das relações sociais não há como se atribuir à tecnologia a condição de resgate do que se perdeu anteriormente. P.48

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

As Cortes Interamericana e Europeia de Direitos Humanos têm que aproveitar esta oportunidade única de realizar a universalização do acesso com menores custos financeiros e administrativos e internalizar a inclusão digital como um direito fundamental, que se estende além do mero acesso a computadores e internet. P. 108

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

- BARSA (1972, p. 172) Abismo e diferença digital. P.29
 HOLANDA (1995, p. 82) Tradução para o termo “abismo”. P.29
 Mark Warschauer (2009, p. 1.551) definição do termo “Digital divide”. P.30
 Aurélio Buarque de Holanda (1995, p. 469) Inclusão. P.33
 SCHILLING (2008) o conceito de inclusão digital enfrenta a exclusão. P.33
 Marcelo El Khouri Buzato (2007, p. 24) Inclusão e Exclusão P.35
 MEGGINSON (2005, p. 278) regulamentação e a privatização do setor de telecomunicações. P.39
 Nestor Garcia Canclini (2007, p. 212) A exclusão e a segmentação desigual. P.45
 SORJ; GUEDES (2005). Vários aspectos da exclusão digital. P.46
 PICKLER (2007) A educação a que se refere o debate sobre a exclusão digital cultural. P.47
 Warschauer (2006, p. 15) há exclusão relacionada ao letramento, à educação formal? P.47
 CANCLINI, (2007) É um mundo multifacetado, diferente, desigual e desconectado. P.57
 BECHARA (2006) a inclusão digital está relacionada a uma parte dos direitos. P.59
 HOESCHL; MARINHO; RIBEIRO; COSTA (2003) quando inserida no contexto de direitos, ela não é considerada um direito fundamental. P.60
 BULOS (1997, p. 3) a necessidade da Inclusão digital. P.61
 Foucault (2008) enfrentou, como questão de método, os universais no Nascimento da Biopolítica. P.74
 Pierre Lévy (2000, p. 113) ciberespaço. P.76
 Habermas (1984, p. 265) liberdade da informação. P.80
 Wolfgang Sarlet (2011, p. 73) locus da inclusão digital na perspectiva da dignidade humana. P.82
 Sérgio Amadeu (2007) sobre esta perspectiva que confunde a exclusão digital com a falta de tecnologia. P.110
 Pierre Lévy (1993, p. 186) elucida sobre esta tensão entre a tecnologia e ação humana. P.111
 Robert Castel (2008, p. 14) discriminação negativa. P.122

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)->Citações Diretas:

- O acesso à tecnologia não dará a resposta satisfatória para a existência da exclusão digital. É nos desdobramentos das práticas políticas, econômicas, sociais, históricas e culturais que se constroem os caminhos por onde surgem as exclusões e como eles são alimentados. É somente neste desvelamento que podemos analisar as exclusões, não em sua totalidade, mas como ela funciona. Diante destas características, como fazer esta inclusão digital sem gerar como consequência a exclusão? P.18 - Inclusão digital como direito fundamental. Nesta perspectiva axiológica, a inclusão digital caminhará de uma rede de computadores para uma rede de pessoas, uma “associação universal” tal como previa Saint-Simon na sua ideia inicial do que seriam as redes. Contudo, para

que haja a inserção da inclusão digital no rol dos direitos, uma pergunta recorrente deste trabalho foi novamente feita: como fazer isto sem que haja exclusão? P.19 - O conceito de inclusão digital é fluido, indeterminado, escorregadio e, às vezes, chega a gerar equívocos se pretendermos utilizá-lo no viés de um olhar destoante da realidade e do contexto em que surgiu e ao qual faz referência. P.22 -A exclusão não é algo produzido fora das relações sociais, não é algo “natural” e sem solução. É produto de práticas econômicas, sociais, culturais e históricas, que devem ser enfrentadas e reconhecidas para serem superadas. P. 29 - A inclusão digital é uma apropriação do conceito de inclusão social, construído numa leitura, a partir dos anos de 1960 e 1970, da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. P.32 - Portanto, a expressão “inclusão digital” tem como eixo central a busca pela superação das barreiras e obstáculos que são instituídos nas relações sociais e que acabam por gerar as exclusões. P.33 -A questão da inclusão digital aparece como uma necessidade humana que progressivamente se constrói e se insere em estruturas variáveis e dinâmicas que se fundem, entrecortam e se sobrepõem. P.35 - Onde há uma necessidade de inclusão há o reconhecimento implícito da exclusão. É no reconhecimento deste duplo conceitual nas práticas históricas, sociais, econômicas e culturais das tecnologias de informação e comunicação, que surgem os questionamentos, os desafios, as ações, as omissões, as lutas, os conflitos. P.35 -A formação do alto preço da infraestrutura de telecomunicações é também ditada pela alta tributação que este setor, juntamente com os de informática, paga. Percebe-se que a exclusão digital tem um forte fator de impostos cobrados sobre as tecnologias de informação e comunicação (WORLD ECONOMIC FORUM, 2011, p. 313-314), que ficam inacessíveis à camada mais pobre da população. P.40 - Nos quadros estruturais de ausência de políticas públicas frente ao discurso vazio da inclusão, a exclusão é potencializada no mundo digital, pois insere novos obstáculos e barreiras complexas, que se antepõem ao virtual, e limitam as possibilidades do cidadão. P.43 -Após a análise do duplo inclusão/exclusões, no plano macroestrutural, seria fácil chegar à conclusão de se atribuir fator preponderante ao requisito econômico: os mais pobres são excluídos e não têm o acesso às possibilidades das tecnologias de informação e comunicação. P.43 - As estruturas econômicas que excluem digitalmente estão interconectadas com as políticas públicas que anunciam uma estratégia de atuação: a desvinculação da inclusão digital como própria do interesse público. A inclusão digital é necessária, mas deve ser intermediada pelo interesse econômico. É ele quem definirá o modus operandi da inclusão digital. P.44 - É o mercado que define quem será incluído ou excluído, quanto de velocidade de transmissão (banda larga ou não), número de pessoas atendidas, assistência técnica, no que é apoiado pela contínua fiscalização ineficiente dos Estados. A exclusão digital, no seu viés econômico, está intrinsecamente ligada com a formatação neoliberal dos Estados contemporâneos. P.45 - A exclusão digital não necessariamente está relacionada somente aos aspectos econômicos e estatais. Estes aspectos influenciam e funcionam continuamente nas estruturas excludentes. Contudo, aqueles que superam os obstáculos ou que pretendem se inserir nas tecnologias de informação e comunicação, se deparam com outra luta: a barreira cultural dos “desconectados”. P.46 -Aliás, isto reforça outra exclusão histórica que acaba por fulminar na exclusão digital: as mulheres têm menos acesso à internet que os homens. Nos países em desenvolvimento, estas estruturas históricas e sociais exclusivas são mantidas só alterando-se os nomes dos atores: em vez de negros, são índios ou párias de alguma etnia dominada, mas as mulheres, em todas elas, são recorrentemente as excluídas das excluídas. P.54 -A questão que se coloca para a inclusão digital também se relaciona às redes que permitem o acesso, dominadas pelas tecnologias de telecomunicações por fios, que são insuficientes para atender às vastidões territoriais dos que vivem fora dos grandes centros e na periferia deles. P.57 - A

inclusão digital, proativamente, insere-se nas estruturas tecnológicas e humanas para realizar a desobstrução dos impedimentos existentes. Assim, demolindo estes impedimentos, a inclusão digital efetiva outros direitos protegidos, tais como o acesso à informação, igualdade, liberdade de expressão, privacidade etc., explodindo uma reação em cadeia⁸², que incidirá sobre o fato e suas repercussões, deslocamentos e desvios. P.65 - O locus da inclusão digital é no interstício em que os direitos permanecem, por momentos, inertes. Está no espaço¹¹⁵ da luta, do conflito e do enfrentamento, para a realização dos direitos humanos fundamentais. P.79 - E, neste caminho, internalizar a inclusão digital não é apontar somente para o outro, no caso Estados-parte, mas assumir que a sua própria atividade atua na exclusão das pessoas que deveriam ser por elas acolhidas, educadas e incluídas. P. 108

Mapa Conceitual – n.º 60/2016 – ARAUJO, A.M. (Capítulo de Livro)

Referência bibliográfica: SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Ambivalências, liberdade e controle dos ciberviventes. In.: Cidadania e redes digitais. Sérgio Amadeu da Silveira (Org.). São Paulo: Comitê Gestar da Internet no Brasil: Maracá – Educação e Tecnologias, 2010. p. 63-85

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: O autor não traz essa discussão para o texto.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

O autor não traz essa discussão para o texto.

**Como o texto define a Exclusão Digital?
Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?**

O autor não traz essa discussão para o texto.

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Deleuze: “São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares”(1992, 220). p. 75

Foucault analisou as tecnologias de poder, nos séculos XVII e XVIII, baseadas na disciplina que visavam ao adestramento do corpo individual. Na segunda metade do século XVIII, emergiu uma tecnologia que atuava sobre a população, nos “seres viventes” e não simplesmente no corpo do indivíduo, mas na espécie. Foucault denominou essa tecnologia de biopolítica (285-315). p. 75 e 76

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- A tecnologia de comunicação em rede está sendo usada, reconfigurada e assimilada em ritmo crescente pelas diversas culturas, inclusive pelas comunidades tradicionais, seja no Nepal, seja na Floresta Amazônica. Esse processo certamente conduzirá uma série de mudanças em cada uma dessas culturas. O que já se nota são processos de um tipo de desintermediação e a elevação das interações sociais intra e inter grupos, principalmente a partir da expansão e consolidação das redes de relacionamento ou redes sociais, fenômeno de dimensão planetária. p. 65 - O que se torna cada vez mais evidente é que, se a comunicação em redes digitais distribuídas não dissolve as diferenças socioculturais no ciberespaço, ela recoloca, em um novo cenário, o antigo e complexo debate entre universalismo e relativismo. p. 67 - Nos primeiros anos do século XXI, há grande pressão por reduzir ou eliminar as possibilidades de comunicação anônima na Internet, promovida por proposições legislativas nacionais que buscam vincular um número IP a uma identidade civil como prática obrigatória para se navegar na Internet. p. 73 e 74 - Assim, é possível observar claramente que a mesma rede que garante nossa liberdade comunicativa é a que nos controla. Não há como garantir o livre fluxo de informação digital sem aceitar os protocolos da rede. Neles reside o controle. p. 77 - São os elementos mais típicos da sociedade do controle, cujas principais tecnologias de poder também são distribuídas, mas convivem claramente com formas de dominação baseadas nas tecnologias de poder territorial — principalmente os Estados soberanos — e com instituições disciplinares e suas arcaicas técnicas de vigilância. p. 77 - Parte das burocracias estatais e dos segmentos sociais ideologicamente mais próximos ao comunitarismo tendem a aliar-se às indústrias de intermediação, que englobam os negócios do copyright, aos setores ultranacionalistas e à tradicional direita conservadora, para exigir a regulamentação da Internet a partir de aprovação nos parlamentos de mecanismos de controle de conexão e de navegação dos cidadãos. Acreditam que vinculando os avatares e os perfis aos corpos dos interagentes poderão coibir determinadas práticas consideradas inaceitáveis do ponto de vista moral, econômico ou político. Trabalham com as possibilidades da vigilância sobre os indivíduos. p. 79 - Desse modo, os viventes nas redes digitais são ciberviventes, personagens de uma sociedade de comunicação e controle. São livres enquanto aderentes aos protocolos que tecnicamente limitam, condicionam e formatam a comunicação de suas ideias. p. 79 - Os ciberviventes têm, nas redes digitais, mais poder de comunicação e de relacionamento, e mais potencial de influência. Quanto mais participam da rede, mais contribuem para a definição de padrões, mais dados sobre seus interesses e seus comportamentos disseminam, mais controlado são. p. 80 - Podemos supor que a comunicação interativa pode existir sem a necessidade de localização no espaço, mas somente no ciberespaço, das máquinas comunicantes. Mas a solução não é técnica e sim ética e política. A hegemonia do pensamento comunicacional em nossas sociedades construiu a crença de que o pleno anonimato teria um papel desagregador. Assim, a nova biopolítica adentra as redes digitais a fim de proteger a “saúde comportamental” dos jovens, a segurança de nossas crianças, buscando também articular a contenção dos fanáticos religiosos que podem, a qualquer momento, converter-se em terroristas. Ela se dá numa situação de controle, em que diagramas da antiga vigilância não desapareceram e são o tempo todo chamados a operar a política “em defesa da espécie”. p. 81 - Atualmente, não somos simplesmente viventes; somos ciberviventes, pois nossa sociabilidade passa cada vez mais por redes digitais de comunicação e controle. Nossas vidas são cada vez mais dependentes de senhas e nosso padrão comunicacional é guardado em bancos de dados de grandes corporações. Somos controlados sem sermos obrigados e submetidos opressivamente aos controles. Aderimos a eles e somos felizes por existirem. Chegamos a pagar pelos mesmos. p. 81 - Essas forças querem impor tecnologias da vigilância na sociedade do controle. Para esse fim, exageram nos riscos e nos perigos para que a sociedade se convença da necessidade de abrir mão de parte de sua liberdade e de sua privacidade em nome de uma pretensa segurança. Este, sem dúvida, é um momento hobbesiano. p. 81

Mapa Conceitual – n.º 61/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista)

Referência bibliográfica: NEVES, Barbara Coelho. Análise das políticas de informação: sociedade da informação com foco na inclusão digital do globo ao local. Revista Iberoam Ciência e Tecnologia (online), v. 5, n. 15, 2010. p. 111-131.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: As grandes massas ainda presas ao princípio da territorialidade – por questões sócio/econômicas/informacionais ou por serem evitadas pelas economias desenvolvidas. p. 115

Metodologia

A metodologia de análise baseou-se nas informações disponibilizadas em sítios, observatórios e mapeamentos relacionados ao Programa; e nas notícias veiculadas no respectivo período, procurando convergir com a literatura produzida de cunho governamental e científico. p. 113

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

O Programa Sociedade da Informação é uma ação formulada por políticas governamentais e organizacionais voltadas à informação, destinado à inclusão digital e de infraestrutura para disseminação de informação e conteúdos digitais. p. 112 Programa Sociedade da Informação (SOCINFO) por meio do Decreto 3.294 de 15 de dezembro de 1999 em Brasília cuja sua finalidade substantiva é: [...] alcançar os alicerces de um projeto estratégico, de amplitude nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações na sociedade. (Brasil, 2000:5). p. 120 Cidadania Digital - Sendo denominado como o principal programa de inclusão sócio-digital da Bahia, suas linhas de ação são basicamente baseadas no fornecimento de infraestrutura. p. 125

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Rua e Carvalho, 1998 - Os atores políticos são variados, podendo ser públicos ou privados. Os públicos são aqueles que se distinguem por exercer funções públicas e por mobilizar os recursos associados a estas funções. São categoria de atores públicos os políticos e os burocratas. Quanto aos atores privados, destaca-se os empresários, os trabalhadores e ONGs, podendo estes atuarem de forma isolada ou coletiva. Ambos possuem força suficiente para interferirem na economia, sendo que os trabalhadores, somente quando de forma organizada. p. 114

Bauman (2001) a modernidade líquida é fluida, contemporânea e de características nômades (seja para sujeitos ou capital) e em forma de rede, contrapondo ao fordismo sólido, condensação e formas sistêmicas. A apresentação dos membros como indivíduos é a marca registrada da sociedade moderna (Bauman, 2009). p. 114 Santos (2002: 91), “[...] estar na periferia significa dispor de menos meios efetivos para atingir as fontes e os agentes do poder, dos quais se está mal ou insuficiente informado.” A distribuição desigual da informação está atrelada ao posicionamento geográfico que tem suas distâncias e diferenças duplicadas pela política vigente (Santos, 2002). Santos, 2004 - Com a intensificação dos mecanismos de globalização na contemporaneidade, essa diferença se alargou, implicando em uma concentração de 61 vezes mais para estes americanos. Nunca houve um desnível tão grande entre um pequeno grupo de países e a maioria esmagadora dos países da humanidade (p. 115)

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

Dentre este e outros aspectos, visar à inserção de indivíduos em um contexto a cada dia mais acirrado pela competência informacional é um desafio. Este é um ponto que se mostra ainda mais vultoso à luz de grandes deficiências e problemas que, historicamente, se avolumaram rumo à situação vivenciada contemporaneamente e que se contrapõe à inclusão digital (Marciano, 2006). p. 114

(...) é no quesito social que a globalização tem mostrado sua face mais danosa por não privilegiar o crescimento balanceado. Essa foi imposta pelos países centrais aos países 'semi-periféricos' e periféricos, desta maneira aumentando cada vez mais a desigualdade social porque o modelo visa beneficiar os países ricos onde a economia nunca é evitada. Se tratando de globalização, as contradições são muitas como: desigualdade social mundial, distribuição desigual da informação e ao mesmo tempo aumento dos gastos sociais em esfera global. p. 115

(...) enquanto a revolução digital ampliava o horizonte da aldeia global, paradoxalmente, grande parcela da população mundial não estava sendo incluída neste processo. Tal fenômeno de poder precisava ser observado com cautela, já que para se usufruir da revolução tinha que se ter, no mínimo, acesso a tais tecnologias. A não participação, ou precariedade desta, na revolução digital compreende no aumento da brecha que coloca em duas pontas distantes conhecimento e ignorância; riqueza e pobreza "mórbida" dentro dos países e entre eles. p. 117

(...) remetiam como principais barreiras à inclusão digital o preço dos computadores e softwares, disponibilidade e custo de conexões e de provedores de serviço. Entretanto, a partir da segunda metade desta década o debate começou a sinalizar que os fatores educacionais e culturais eram relevantes barreiras, além de que esses fatores associados à concentração de renda e ao baixo poder aquisitivo constituíam obstáculos cruciais a inserção de fato na sociedade da informação pelo viés da inclusão digital. p. 124

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- a aldeia global X idéia de global – de um lado o fluxo da informação dominante, determinando as identidades locais, do outro, um fluxo dinâmico entre o global e o local sendo que um interfere no outro gerando identidades múltiplas. p. 113 - Longe de ser um fenômeno novo, a globalização é um conjunto de processos sustentado pelas grandes evoluções tecnológicas (informática e comunicações), pelo aprofundamento da integração econômica, social, política e cultural, eliminação do espaço/tempo e máxima mobilidade àqueles que formam a elite global, implicando no progresso de alguns e na desventura de muitos. Sendo suas palavras-chave o êxito, abundância e inclusão associadas, respectivamente, a especulação, ao empobrecimento e a exclusão do universo de possibilidades proporcionadas pelo seu alicerce tecnológico (Bueno Sánchez, 2008; Santos, 2002). p. 114 - O Estado tem dificuldade de controlar o fluxo de informação e emitir um retorno com a dinâmica que requer o novo padrão imerso nas novas políticas de informação que induzem e são induzidas pelo poder invisível. p. 115 - Nesse novo modelo de sociedade onde a convergência da informática, comunicação e informação cooperam ou desfiguram a sustentação da democracia no mundo, surge a ideia de sociedade da informação. p. 116 - A primeira causa tratou da revolução digital impulsionada pelo ronco dos motores

das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Estas nortearam mudanças nas formas de pensar, relacionar e ganhar o sustento (empregabilidade). A criação de novas formas de criar e acumular conhecimento, educar, aprender e transmitir informação foram profundamente mexidas com a inserção daquelas novas tecnologias. p. 117 - (...) organizações mundiais consideraram como imperativo que o mundo lutasse contra a exclusão digital, desenvolvendo mecanismos que proporcionassem ampla e rápida disponibilização de estruturas e aparatos tecnológicos. p. 117 - Porém, é preciso que as esferas envolvidas na reformulação de políticas de inclusão digital, principalmente em países como Índia e Brasil (Warschauer, 2003, 2006), onde há grandes concentrações de renda, alto nível de desigualdade e um leque de iniciativas visando à inclusão social/digital, tenham metas e objetivos claros, específicos e que sejam revistos regularmente na agenda mundial. p. 118 - Vale ressaltar que o quinto objetivo do Livro Verde versa que a educação e aprendizado ao longo da vida desenvolvem competência (Brasil, 2000). Entretanto, ao que parece, a questão que envolve os recursos físicos (equipamentos e conectividade) foi mais considerada pelas políticas de informação brasileiras. p. 122 - O Mapa da Exclusão Digital desenvolvido pela FGV além de procurar levantar dados das cidades mais excluídas também comparou com os municípios mais incluídos, dividindo por regiões. Este mapa proporcionou a possibilidade de categorizar as regiões e cidades mais desenvolvidas, assim como as que menos apresentam graus de inclusão neste sentido. Os números desse mapeamento, pelo menos na Bahia, estão ligados ao desenvolvimento regional e econômico. O que nos leva a acreditar que seu resultado é condicionado ao PIB do município, levantado em outras instituições estatísticas como SEI e/ou IBGE. p. 123 - A globalização foi responsável por desenhar o conjunto da atual política de informação. Questões como disseminação da informação, conteúdo da informação, educação à distância, digital divide, accountability e governo eletrônico ilustram a política de informação no contexto global. A questão versa que cada país a desenvolve de acordo às suas necessidades e, na maioria das vezes, de acordo seus jogos de poder. p. 126 - Embora a infraestrutura tenha, em parte, sido contornada pela informatização massiva proporcionada pelos aparatos do Programa Sociedade da Informação no Brasil, o lado inclusivo desta ação se encontra frágil com relação aos aspectos de conteúdo informacional e de geração de conhecimento. p. 126 - acredita-se que a política de informação contemporânea nacional, embora seja um instrumento avançado de políticas públicas e fortemente ligado aos atores internacionais, como ONU e UNESCO, continua focando na expansão da infraestrutura, o que tão pouco descaracteriza a proposta mundial de inclusão digital. Entretanto, novos elementos devem, também, fazer parte do debate na arena global, regional e local. Tópicos como inclusão digital e educação, inclusão digital e conteúdo, inclusão digital e recurso humano são prioridades que precisam ser consideradas ao lado das questões sobre banda larga e computadores para todos. p. 126

Mapa Conceitual – n.º 62/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista)

Referência bibliográfica: MARTINS, Norma Sueli. Inclusão Digital: Desafios e reflexões teóricas na formação de professores no mundo contemporâneo. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação: Araraquara, v. 2, 2011, p. 123-140.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: O acesso significativo às tecnologias abrange muito mais do que fornecer computador e conexão à internet, [...] devendo considerar também que todas as pessoas tenham acesso significativo às novas tecnologias, o conteúdo, a língua, o letramento, a educação e as estruturas comunicativas e institucionais. (WARSCHAUER 2006). p. 131

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

(...) nos processos educacionais nem sempre as inovações tecnológicas estão presentes na prática pedagógica dos professores das instituições de ensino superior, embora se vislumbre um redirecionamento dos meios de comunicação com reflexos na Educação. p. 129
CASTELLS, 2007 comenta que parece haver uma lógica na questão da exclusão [...] de redefinição dos critérios de valor e significado em um mundo em que há pouco espaço para os não iniciados em computadores, e para os territórios não atualizados com a comunicação. p. 131

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

O texto apresenta as leis do governo que incentivam e financiam investimentos para o processo de inclusão digital. p. 137

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas: - É a emergência do ciberespaço, ambiente de extrema complexidade, que gera novos processos e produtos. É possível comunicar-se de maneira mais “colaborativa, plural e aberta” (LEMOS; LEVY, 2010, p.27). É um novo tempo que favorece o compartilhamento das informações, com perspectivas de enriquecimento da cultura e modificações no fazer político. Daí a urgência de preparar professores em direção às exigências dessa nova realidade, para o uso das tecnologias digitais. p. 124 - As tecnologias digitais surgiram então, como a infra-estrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado da informação e do conhecimento, que propaga a co-presença e a interação de quaisquer pontos do espaço físico, social ou informacional. Espaço virtual, desterritorializado e sem fronteiras, capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais, sem estar preso a um lugar ou tempo em particular. p. 128 - Segundo Lévy (2008), o ciberespaço proporciona um estilo de relacionamento quase independente dos lugares geográficos, favorecendo a telecomunicação e a telepresença, entre outras alternativas. Novidade absoluta não é, pois o telefone já nos possibilitou uma comunicação interativa, contudo, apenas as particularidades tecnológicas do ciberespaço, permitem que os membros de um grupo humano – quantos o desejarem - se coordenem, cooperem, alimentem e consultem uma memória comum. p. 128 - O ciberespaço permite uma liberdade de expressão e de comunicação de saberes, idéias e recursos, em escala planetária absolutamente sem precedente, contribuindo para a evolução da inteligência coletiva e da mobilidade social. (LEMOS; LEVY, 2010). p. 129 - Essa nova modalidade comunicacional, está batendo na porta da escola, na porta da sala de aula do professor, convidando-os a sair da transmissão linear do conhecimento e adentrar no mundo digital. p. 131 e 132 - Para a Educação, compreender esse novo paradigma tecnológico proporcionado pelas tecnologias digitais inseri-lo no ambiente escolar, criar alternativas que permitam estabelecer uma dinâmica entre as diversas tecnologias nos processos educacionais, constitui um desafio. p. 132 - Silva (2008) alerta para a defasagem do modelo de docência, onde o professor precisará modificar o modelo de falar-ditar. O professor na cibercultura estimula a participação dos aprendizes como co-autores da aprendizagem. p. 133 - Com relação à escola, o entendimento é que o acesso às tecnologias abrange muito mais do que fornecer computador e conexão à internet, abrange também recursos e relacionamentos físicos, digitais, humanos e sociais. A escola se vê obrigada a repensar sua prática pedagógica em função das mudanças nas esferas do conhecimento, saberes e práticas que ocorrem na atualidade. O modelo de educação existente continua sendo o idealizado para a Era Industrial que funcionava bem naquela época parece não atender aos desafios do mundo digital. p. 137 - No tocante à Prática Pedagógica as reflexões teóricas apontam para uma defasagem na Pedagogia da transmissão (modelo de docência), precisando modificar o modelo de falar-ditar disponibilizando ao aprendiz, processos de autoria. p. 138

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde (TAKAHASHI, 2000, p.45) - educar no mundo contemporâneo significa muito mais do que treinar as pessoas para o uso das tecnologias de informação e comunicação: Trata-se de investir na criação de competências suficientemente amplas que lhes permitam ter uma atuação efetiva na produção de bens e serviços, tomarem decisões fundamentadas no conhecimento, operar com fluência os novos meios e ferramentas em seu trabalho, bem como aplicar criativamente as novas mídias, seja em usos simples e rotineiros, seja em aplicações mais sofisticadas. p. 124

Santos, 2008 - Para a autora vivemos uma “crise de paradigmas” fazendo com que muitos educadores não vivenciem o potencial das tecnologias digitais, com possibilidades de transpor para a rede os modelos de educar e de se comunicar. p. 124

Kerckhove (2009, p.76) “Se a informação é realmente a chave da economia de hoje, pode vir a ser útil levar em conta que a informação é a única substância que cresce com o uso em vez de decrescer, como acontece com os recursos naturais.” p. 126

CASTELLS, 2007, p.68- A tecnologia da informação é para esta revolução o que as novas fontes de energia foram para as revoluções industriais sucessivas, do motor a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo à energia nuclear, visto que a geração e distribuição de energia foi o elemento principal na base da sociedade industrial. p. 126

Thiesen (2008) se refere à nova forma de aprender e ensinar, evidenciando a desterritorialidade das relações do mundo atual, do novo caminho da educação diante das demandas sociais, sobretudo as mediadas pela tecnologia, ampliando as possibilidades de inclusão, alterando os modelos das escolas tradicionais, modificando a forma de apropriação do conhecimento. p. 127

Lemos e Lévy (2010, p.25) “há uma nova relação entre a tecnologia e os processos comunicacionais sociais”, pensar de forma mais colaborativa, plural e aberta, potencializando as esferas política, social e cultural, reconfigurando e transformando os espaços locais e globais. Surgindo então os princípios fundamentais da cibercultura que são: 1) liberação da palavra; 2) conexão e conversão mundial e o 3) reconfiguração social e política. p. 128

ciberdemocracia,

LEMONS; LÉVY, 2010, p.34 (democracia na era da cibercultura), “[...] que se exprime igualmente pelo consumo consciente e pelo investimento social responsável, isto é, por uma governança direta da economia pelos cidadãos que a transparência do ciberespaço torna, de agora em diante, possível.” p. 128

PERRENOUD, 2000, p.128- formar para as novas tecnologias é [...] formar o julgamento, o senso crítico, o pensamento hipotético e dedutivo, as faculdades de observação e de pesquisa, a imaginação, a capacidade de memorizar e classificar, a leitura e a análise de textos e de imagens, a representação de redes, de procedimentos e de estratégias de comunicação. p. 130

Kerckhove (2009, p.72): A Internet é uma rede de redes que permite a transmissão muito precisa e coloca o controle nas mãos do usuário. É, na realidade, um cérebro, um cérebro coletivo, vivo que dá estalidos quando o estamos utilizando. É um cérebro que nunca para de trabalhar, de pensar, de produzir informação, de analisar e combinar. p. 131

Mapa Conceitual – n.º 63/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo Acadêmico)

Referência bibliográfica: DODT, Liana Cristina Vilar. et al. Inclusão Digital e Acessibilidade no Brasil. Anais XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: Caxias do Sul, RS, 2 a 6 setembro, 2010. p. 1-13.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: As pessoas que não possuem acesso, nem capacidade técnica e nem capacidade cognitiva.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Projeto Casa Brasil, que possui unidades espalhadas por todo o país; Projeto Cidadão Conectado – Computador para todos, que faz parte do Programa Brasileiro de Inclusão Digital; KHouse Profissionalizante, um projeto internacional do qual o Brasil faz parte desde 1996. p. 8 a 11

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

Assim a chamada exclusão digital se faz tão presente no dia a dia de alguns brasileiros que acaba por excluir, inclusive socialmente, essa parte da população. Tal situação acaba deixando uma legião de excluídos digitalmente, que não recebe os benefícios que a nova tecnologia tem a oferecer. p. 1
 Angela Maria de Carvalho e Plácida Santos (2009) dizem que “quando privamos o cidadão de conhecer, explorar e criar novos conhecimentos; chamamos isso de exclusão digital. Assim, ele passa a estar à margem da tecnologia e das discussões e do conhecimento que por meio dela circulam e são gerados”. p. 3

A dificuldade de ter acesso a um computador conectado à Internet pela falta de recursos financeiros é o principal obstáculo enfrentado pelas pessoas de baixa renda, mas não é o único. A maioria delas também não sabe como manusear um computador, os chamados analfabetos digitais, por isso o combate à exclusão digital exige muito mais do que simplesmente entregar computadores a todos. p. 11

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas: - Na verdade, a exclusão é um estado dentro de determinado contexto, não representando uma situação permanente do indivíduo. Assim, uma pessoa pode estar incluída num campo específico da sociedade e excluída em outro sem que isso represente uma contradição. p. 2 - O que acontece de fato é que, hoje, a exclusão digital se tornou um problema tão grande quanto muitas

das necessidades básicas do ser humano. Isso ocorre porque as tecnologias se colocaram na vida das pessoas de uma maneira que não se pode mais viver sem elas. Por causa disso, a necessidade de se ter um conhecimento básico sobre como manusear computadores, telefones móveis, Internet e etc. se transformou em algo essencial para todos. p. 4 - Para tentar diminuir a exclusão digital, uma opção é transformá-la em política pública. A partir do momento que o governo assume a responsabilidade do combate à exclusão digital, as chances de a maioria da população ter acesso às tecnologias de informação e comunicação aumentam. p. 4 - Assim, para que a Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) seja eficaz, seria necessário um comprometimento maior com o lado social e humano nesse processo inclusivo, preocupando-se com tecnologia, mas principalmente com a transformação da sociedade. p. 5 - (...) a inclusão digital exige muito mais do que ter um computador e condições de manter o acesso à Internet. É necessário também que o indivíduo tenha a capacidade técnica, para realizar as operações desenvolvidas no mundo digital, e a capacidade cognitiva, proporcionando não só a usabilidade do meio, mas, finalmente, a acessibilidade digital. p. 6 - A criação de projetos de inclusão digital são uma das opções apresentadas como forma de combater essa exclusão digital. Como se pode ver, eles estão sendo muito importantes para diminuir a diferença dos números entre os que acessam e os que não acessam a rede mundial de computadores, entretanto não conseguem atingir toda a população que hoje ainda está excluída. p. 12

Mapa Conceitual n.º 64/2016 – ARAUJO, A.M. (Monografia) - Brasil, Gabrielle

Referência bibliográfica: ARAUJO, Marcelo Lago. Exclusão sociodigital em escola pública do ensino fundamental em Salvador / BA. 2011. 107 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pedagogia, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Bahia, 2011.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: “excluído” – aquela pessoa que, inclusive, pode até não ter consciência do seu lugar na sociedade e a exclusão acontece pelo que ela não é, não possui, não compreende, não reivindica, ou não representa. P.14 Os alunos de escolas públicas. P.15

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Federal: Plano Nacional De Banda Larga; Banda Larga Nas Escolas; Telecentros; Um Computador por Aluno – UCA. P.42

Estadual: Cidadania Digital; SECTI - Secretaria De Ciência e Tecnologia; SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade. P.43

Municipal: COGEL; Buzu Digital; Câmara Municipal. P.43

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

O texto define a Exclusão Digital como: o conceito de exclusão social como sendo inseparável do de cidadania, que se refere aos direitos que as pessoas têm de participar da sociedade e usufruir certos benefícios considerados essenciais. (p.37)

O texto não faz relação da Exclusão digital com a Educação.

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

LEMOS (2000, p. 3) interação digital. P.29 SORJ e GUEDES, (2005, p. 103) inclusão digital. P.34 GEPINDI, UFBA (2005, p. 32). Outra definição de inclusão digital. P.34 CASTELLS (p. 211, 2003) inclusão sociodigital. P.35 BONILLA (2009, p. 13) nativos digitais e a inclusão digital. P.36 BONETI; ALMEIDA; HETKOWSKI, (2010, p. 5-6) inclusão sociodigital. P.36 REIS e SCHWARTZMAN (2007, p. 6) define exclusão digital. P.37 Mônica Peregrino (2010) estudo sobre o cotidiano de uma escola pública. P.38 PEREGRINO (2010, p.79) perpetuação histórica da desigualdade. P.39 BONILLA (2009 p. 6) conectar a internet à escola. P.44 BONETI (2010, p.14-15) políticas públicas de inclusão sociodigital. P.46 LUDKE e ANDRÉ, apud BOGDAN e BIKLEN (1986) pesquisa qualitativa em educação. P.56 LUDKE e ANDRÉ, apud BOGDAN e BIKLEN (1986) processo indutivo. P. 57 SOARES (2010, p. 39-40) um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado. P.66 PALFREY (2011, p. 271) nativos digitais. P.86

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)->Citações Diretas:

- O entendimento da exclusão, por exemplo, para aqueles que não têm trabalho, caracterizada pela sua precariedade sócio-econômica, será refletida também no encurtamento de horizontes, posto que a premência para a obtenção das necessidades primárias, provavelmente, dificultará quaisquer outros sonhos. A inclusão, por outro lado, pode ser exemplificada pela presença dos alunos em sala de aula, já que estamos tratando do tema do ponto de vista da vivência escolar, mas ainda assim, dentro dos portões da escola poderá haver outros tipos de exclusão a exemplo da hesitação do papel da escola ao conduzir este processo, que, em muitos casos, mantém os laboratórios de informática com portões cerrados por grades. P.14 - inclusão digital é compreendida a partir de números estatísticos, pela “relação entre a porcentagem de pessoas com acesso a computador e/ou Internet no domicílio e o total da população” [de uma localidade] (SORJ e GUEDES, 2005, p. 103). P.33 - Aqui, cabe destacar outra definição para inclusão digital oriunda do Grupo de Estudos em Políticas de Informação e Inclusão Digital (Gepindi), onde temos que a inclusão digital é um processo que deve levar o indivíduo à aprendizagem no uso das TICs e ao acesso à informação disponível nas redes, especialmente aquela que fará diferença para a sua vida e para a comunidade na qual está inserido (GEPINDI, UFBA, 2005, p. 32). P.34 - a inclusão digital será, num primeiro momento, fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais solidária, em que os cidadãos possam ter acesso às informações e, o mais importante, que eles saibam como utilizar o conhecimento, para terem maior autonomia e que não fiquem à margem, se assim não quiserem, das oportunidades e possibilidades da cibercultura. P.34 - Mas também é importante o educador ter em mente que a inclusão sociodigital está para além do acesso aos instrumentos tecnológicos, aos programas de inclusão digital, a conectividade em redes digitais, ao conhecimento da linguagem binária, as inserções em ambientes modernos e informatizados e ao manuseio adequado das TIC, mas também não podemos

negar que estes elementos constituem e são constitutivos de uma promessa de sociedade em rede e, conseqüentemente, da efetivação da inclusão sociodigital (BONETI; ALMEIDA; HETKOWSKI, 2010, p. 5-6). P.36 - A exclusão sociodigital pode ser uma das facetas da exclusão social. É mais um elemento no rol de necessidades que são negadas ao cidadão. P.37 - A inclusão pode ser, por outro lado, exemplificada pela presença dos alunos em sala de aula em escolas públicas. E em se tratando de inclusão sociodigital, mesmo com a dubiedade do papel da escola, que em muitos casos mantém os laboratórios de informática com portões cerrados por grades, significando isto que mesmo a escola pode ser agente de manutenção de desigualdades. P.48- um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e escrita (SOARES, 2010, p. 39-40). P.66 - Então podemos inferir que, para os alunos, a Internet é, primordialmente, um meio que serve para a vivência das relações interpessoais, quase um “lugar”, mas não se pode esquecer que neste espaço digital a comunicação se dá em todas as plataformas citadas e havendo comunicação há possibilidade de usos para a educação. P.86 -Mas pode ser que alguns vejam os computadores e a Internet com certa desconfiança: uma porta que se abriu para o mundo de informações que não existia na sua juventude, trazendo informações e possibilidades de contato com pessoas de todo o mundo. P.86 - O uso do computador e da Internet por si só não representa a inclusão sociodigital, pois o que se está buscando é a promoção da autonomia dos alunos das escolas públicas para as suas vidas fora dos portões da escola. Então, mesmo que a escola possua acesso às TIC, mesmo que todos os professores desta escola levem regularmente seus alunos à Sala de Computadores – o que não era o caso da escola 92 pesquisada aqui -, mesmo assim deverá haver uma constante realimentação e capacitação destes professores, promovida pelos administradores públicos, para saberem utilizar estas ferramentas para além de meros suportes tecnológicos. P.91

Mapa Conceitual – n.º 65/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista)

Referência bibliográfica: DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. Revista Educ. Soc.: Campinas, v. 31, n. 113, out. a dez., 2010. p. 1223-1245.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Quem não domina o alfabeto digital – em geral, os mais pobres – sofre enormes desvantagens na sociedade de economia global. p. 1232

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

A exclusão educacional é um fenômeno que apresenta múltiplos problemas, que vão desde o analfabetismo, as evasões, a repetência, as carências econômicas e culturais familiares, os preconceitos, a falta de vagas, a escassa formação de parte dos professores, as precárias condições de escolarização de muitos jovens, até a falta de perspectivas de futuros bons empregos. p. 1230

Competência na linguagem que modela e move a economia global é o grande diferencial entre pobres e ricos, sejam países ou indivíduos. Os analfabetos digitais tendem a se tornar cada vez mais descartáveis. Diminuir os impactos da exclusão digital, que é um componente da exclusão em geral, deveria ser um aspecto importante da agenda atual da educação e, obviamente, do Estado (Dias Sobrinho, 2005). p. 1232

A exclusão digital é uma das expressões da exclusão geral, participando, a seu modo, como causa e consequência. (...) O fosso entre incluídos e excluídos digitais tende a aumentar, caso não haja políticas consistentes de investimentos e formação nessa área. p. 1233

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?
O texto não apresenta projetos e propostas.

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados
O texto não traz abordagens

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- a “democratização” da educação superior não se limita à ampliação de oportunidades de acesso e criação de mais vagas. Além da expansão das matrículas e da inclusão social de jovens tradicionalmente desassistidos, em razão de suas condições econômicas, preconceitos e outros fatores, é imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade os seus estudos. p. 1226

- A pobreza é, possivelmente, o mais importante fator de exclusão social e cultural. Privação dos bens materiais e exclusão dos bens espirituais e culturais têm sempre uma forte correlação. Entretanto, podem apresentar distintos matizes. p. 1229 - Todo Estado democrático haveria de promover esforços, juntamente com a sociedade, para interromper o círculo vicioso da desigualdade socioeducativa. No horizonte ético da equidade estão a ampla e qualificada escolarização geral e a consolidação de uma sociedade justa e igualitária. p. 1229 - Como corolário da exclusão produzida pela sociedade e pelo Estado, sobrevém a autoexclusão: os jovens excluídos dos bens comuns acabam, muitas vezes, internalizando, ao longo de suas trajetórias estudantis, a ideologia de que a exclusão é natural e de que é natural que eles se incluam entre os excluídos sociais. p. 1230 - Na América Latina, até mesmo países muito mais pobres apresentam taxas de escolarização superiores às nossas. A matrícula em educação superior no Brasil está abaixo da média latino americana: apenas 13% dos jovens na faixa etária adequada (18-24 anos) frequentam algum curso superior. p. 1230 e 1231 - A educação é fundamental para o desenvolvimento das chamadas sociedades da informação e do conhecimento. p. 1232 - Também do ponto de vista da economia globalizada, tornou-se necessário aumentar consideravelmente as oportunidades e os tempos de estudo, sobretudo para os jovens provenientes de famílias de baixa renda. Perversamente, os que não conseguem produzir e consumir, por pobreza e/ou incapacidade intelectual, são descartados, assim como os produtos obsoletos e imperfeitos. p. 1234 - medidas que visam a ampliar a inclusão social, sem necessariamente criar novas vagas. É este o caso de algumas ações impulsionadas no âmbito do que se convencionou chamar, genericamente, de “ações afirmativas” ou de “discriminação positiva”. p. 1234 - O Programa Universidade para Todos (PROUNI) facilita a ocupação de vagas a estudantes de baixa renda em instituições privadas, por meio de financiamento público (Dias Sobrinho & Brito, 2008). O Programa contabiliza cerca de 400 mil bolsistas ativos. Ele tem sido um programa valiosíssimo para milhares de jovens que estariam excluídos da educação superior por falta de recursos próprios de financiamento. p. 1236 - As cotas e bônus não necessariamente expandem a quantidade de vagas. Seu propósito maior é promover a inclusão social de alguns grupos marginalizados. Além do mérito da inclusão, muitas vezes essas políticas acabam colaborando para o desenvolvimento de algumas regiões periféricas. p. 1237 - As políticas de democratização não devem apenas criar condições para que todos possam estudar, mas também assegurar igualdade de oportunidades, inclusive do ponto de vista qualitativo. p. 1237 - As políticas públicas de expansão de matrículas e inclusão social constituem um passo importante na luta pela superação das desigualdades, porém, isoladamente, são ainda insuficientes para romper as hierarquizações e diferenciações de uma sociedade dividida em excluídos e incluídos. p. 1237 - Os programas e as ações afirmativas praticados atualmente no

Brasil criaram oportunidades de estudo concretas para cerca de 400 mil jovens, quase 10% do total de alunos de educação superior. Mas esses programas são focados e emergenciais. Atendem a uma parcela pequena da população e em cursos e instituições nem sempre de primeira linha. Por isso, não alteram significativamente os sentidos e estruturas do sistema de educação superior e muito menos da sociedade. p. 1240 - Em matéria de investigação, inovação, ciência e tecnologia e de formação de investigadores, ao menos no caso brasileiro, é imprescindível que continue a haver uma forte participação do Estado e de suas instituições públicas. p. 1243

Mapa Conceitual – n.º 66/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo) – Silva, Gabrielle

Referência bibliográfica: ASSOCIAÇÃO SOFTWARE LIVRE.ORG (Brasília). Movimento Nacional Pela Inclusão Digital e Participação Social (Org.). Grito da Exclusão Digital: 12ª oficina para inclusão digital e participação social. 2013. Disponível em: <http://oficinainclusaodigital.org.br/ultimas-novidades/grito-da-exclusao-digital-carta-aberta-a-presidenta-dilma-rousseff>. Acesso em: 12 ago. 2015.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: População do interior, com pouco poder aquisitivo.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

Exclusão digital é a falta de acesso a tecnologias digitais, falta de acesso à rede. O acesso as tecnologias digitais, é fundamental para a comunicação, sendo assim, torna-se fundamental para a educação, com a inclusão digital os sujeitos tornam-se sujeitos críticos.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Programas de inclusão digital, com oficinas, oferecidos apoiados pelo governo.

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Não apresenta abordagem teórica, nem teóricos utilizados.

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento) -> Em uma carta a presidenta, o autor aborda a suspensão da “Oficina para inclusão digital”, e a crise nos programas da área. Ele questiona a falta de diálogo, para com os programas, entre governo e sociedade civil, a inclusão digital é vista como direito do cidadão e deve ser proporcionada pelo Governo Federal, Local, Poder Público, dentre outros. O autor afirma que a falta de diálogo e a crise trouxeram prejuízos a sociedade, participante dos programas, uma vez que em vários tele centros, (espécie de laboratórios de informática, onde ocorriam as oficinas referente ao programa TeleCentros.Br), máquinas seriam recolhidas, para ele isso é um retrocesso nas conquistas até o momento. Para o mesmo é necessário que uma relação de confiança seja estabelecida através do diálogo, para que assim as máquinas possam ser devolvidas e os programas ganhem andamento. A crise afetou também os programas de formação de monitores, fazendo com que a certificação passasse a ser online. A inclusão digital promove uma emancipação cidadã, fazendo com que as pessoas se tornem sujeitos críticos, padrões abertos entre outras coisas. O autor finaliza o texto declarando que a inclusão digital é feita somente com participação social e que ela, a inclusão, é uma garantia de acesso ao conhecimento, por isso o clamor dele para que o governo esteja aberto ao diálogo, uma vez que a inclusão proporcionará uma sociedade mais justa. **Citações Diretas:** - “Durante o encontro, justamente no

momento em que nós, ativistas da inclusão digital, clamávamos por uma discussão sobre a crise instaurada nos programas públicos da área, recebemos com surpresa a notícia de que “A Oficina”, já tradicional fórum desses debates, realizada há 10 anos pelas entidades da sociedade civil em parceria com os governos, havia sido cancelada.” P.1 -“Acreditamos que esse panorama de incertezas e ausência de diálogo é reflexo de uma indisposição para construir políticas públicas em conjunto com a sociedade civil...” P.1 -“Chegamos a um patamar em que inscrevemos inclusão digital como direito do cidadão, como algo que deve ser objeto de ação do Poder Público, que deve envolver do Governo Federal ao poder local, e ter as comunidades como atores centrais.” P.1-“A atual crise entre os membros da sociedade civil, agentes da inclusão digital e o governo federal é fato. A criação do TeleCentros.Br foi recebida com alegria no início do governo Dilma justo por colocar, sob a batuta de uma nova secretaria no Ministério das Comunicações – a de Inclusão Digital, todos os programas e iniciativas que estavam dispersos no governo. Mas a crise instalou-se. A relação entre os ativistas que tocam os projetos de inclusão digital e o Minicom é inexistente, pela falta de diálogo e de propostas de continuidade pactuadas com seus diversos parceiros do movimento social.” P.1 -“Vinhamos, numa construção conjunta com um governo democrático e popular, e a opção pela descontinuidade dos programas e, especialmente desse diálogo e parceria, é um retrocesso nas conquistas da participação social.” P.1 -“... É preciso retomar a relação de confiança entre governo e sociedade civil, entregando os equipamentos às comunidades e permitindo que se apropriem deles, confiando que farão bom uso.” P.2 -“Esse mesmo clima reflete-se também nos programas de formação de monitores, os multiplicadores da inclusão. Anunciado o fim da Rede de Formação, o governo faz uma opção por substituir a formação em rede e contínua, solicitação antiga dos movimentos, por certificação online.” P.2 -“E sabendo que Inclusão Digital só faz sentido se viabiliza acesso ao conhecimento e promove a emancipação cidadã, produzindo sujeitos críticos e participativos, reforçamos ainda que é imperativo que tenhamos padrões abertos e licenças que promovam a colaboração e o compartilhamento, por meio de uma plataforma em tecnologias livres.” P.2 -“Nós entendemos que inclusão digital não se faz sem participação social.” P.2 -“Inclusão Digital é garantia do direito humano de acesso ao conhecimento, para o qual a tecnologia é instrumento.” P.2 -“Portanto, o nosso clamor por inclusão digital e participação social impõe-se, acima de tudo, como condição para uma sociedade mais justa e igualitária.” P.2

Mapa Conceitual – n.º 67/2016 – ARAUJO, A.M. (Dissertação) - Brasil, Gabrielle

Referência bibliográfica: POSSAMAI, Ana Júlia. DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO NA ERA DIGITAL: E-PARTICIPAÇÃO NO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2011. 83f.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Pessoas de bairros pobres e localidades afastadas. P.63

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

O texto não define a Exclusão Digital. O texto não faz relação da Exclusão Digital com a Educação.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Programa telecentros.br P.71

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)->Citações Diretas: -O problema da exclusão digital também aparece como claro e relevante fator limitador. Com base nesses resultados, algumas recomendações são apresentadas, com o intuito de orientar o planejamento das experiências atuais e futuras de democracia digital no país. P.12 - e-participação (definição) Mecanismos eletrônicos ou digitais com vistas à promoção da transparência e da prestação de contas, bem como à participação dos cidadãos nos processos de elaboração de políticas públicas e na avaliação da qualidade dos serviços (eletrônicos ou não). P.22 - Reconhecendo os problemas da exclusão digital e da dificuldade de acesso de alguns cidadãos às ferramentas digitais, a iniciativa do Gabinete Digital é apoiada por pontos de acesso público à Internet, disponibilizados na capital e em algumas cidades do interior, além de uma *van* equipada com computadores, que percorre pontos específicos da capital e bairros da região metropolitana. Dessa forma, objetiva-se não só facilitar a participação dos cidadãos nessa nova ferramenta, mas estimulá-la, indo aos locais de encontro dos próprios cidadãos.. P.58 - O problema da exclusão digital também aparece como claro e relevante fator limitador. Com base nesses resultados, algumas recomendações são apresentadas, com o intuito de orientar o planejamento das experiências atuais e futuras de democracia digital no país. P.62 - As novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), especialmente a internet, romperam com a lógica unidirecional de produção e veiculação de informações, tornando os indivíduos produtores (e não apenas consumidores) de conteúdos, a partir de qualquer estação de trabalho ou *smartphone*, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Dadas essas e outras inúmeras funcionalidades das TIC, passou-se a visualizar a possibilidade de que a redução nos custos de produção e difusão de informações, bem como os de ação coletiva, abririam à interação, à reunião e à deliberação dos indivíduos em ambiente físicos e virtuais. P.64 - Tal como a experiência do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte demonstra, o desafio da exclusão digital pode ser trabalhado de maneira relativamente simples, por ora, através da disponibilização de locais de acesso público às TIC, especialmente à Internet. A evolução recente da experiência do Gabinete Digital também aponta para o tratamento dessa questão. Nacionalmente, a expansão do Programa Telecentros.br e de outra série de programas de inclusão digital dos ministérios federais, somada à desoneração na compra de desktops por proprietários de *lan houses* são maneiras com que se vêm lidando com o problema. E, mais, caso tenha êxito em sair do papel e em cumprir suas metas, o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) pode reduzir significativamente as taxas de exclusão digital no país.P.71 Um tratamento adequado ao problema da exclusão digital é outro elemento de suma importância quando da implementação da e-participação. Deve-se evitar que democratização da gestão pública tenha o efeito colateral de aguçar ainda mais as desigualdades no acesso aos recursos políticos e ao exercício dos direitos de cidadania. P.76

Mapa Conceitual – n.º 68/2016 – ARAUJO, A.M. (Monografia)

Referência bibliográfica: MIRANDA, Cláudio Zumpichiatte. O uso de indicadores na avaliação do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Orçamento Público, Secretaria de Orçamento Federal, Tribunal de Contas da União, Brasília, 2010. 33f.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Pessoas que não possuem acesso a internet de banda larga ou não possuem habilidades para o uso das ferramentas tecnológicas digitais.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

O Governo Federal executa vinte e três ações descentralizadas em diversos programas, orçamentos e Ministérios com o objetivo de promoção da inclusão digital. Dessas vinte e três ações, nove estão organizadas no Programa 1008 – “Inclusão Digital”. Na definição da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2010, o Programa “Inclusão Digital” tem como objetivo “Promover a consolidação de uma Sociedade do Conhecimento inclusiva, orientada ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico”. No orçamento de 2010 estão previstos recursos da ordem de quatrocentos e cinquenta e seis milhões de reais e o indicador definido para mensuração do alcance dos objetivos do programa é a taxa de acesso individual à internet nos últimos três meses. p. 22

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

O conceito de exclusão digital (Digital Divide) surgiu, nos Estados Unidos, na década de 1990, como consequência do aparecimento da internet comercial e das empresas virtuais. O conceito tomou forma para distinguir as pessoas que tinham e as que não tinham acesso às novas tecnologias de informação e comunicação. Esse conceito se deve a dois aspectos daquele momento histórico. p. 17

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

(WARSCHAUER, 2006) - sobre exclusão e inclusão digital mostram que o grau de desenvolvimento econômico define os limites da dimensão da inclusão digital em uma sociedade – seja pela oferta de equipamentos de informática, seja pela infraestrutura necessária para acesso à rede mundial de computadores. O autor cita que existem poucos estudos sobre a qualidade da inclusão digital e sobre a capacidade cognitiva e informacional da população conectada. p. 8 (BRASIL, 2010a) - Duas funções básicas podem ser definidas para os indicadores, quais sejam: “primeira é descrever por meio da geração de informações o estado real dos acontecimentos e o seu comportamento; a segunda é de caráter valorativo que consiste em analisar as informações presentes com base nas anteriores de forma a realizar proposições valorativas” (BRASIL, 2010a). p. 9 (WARSCHAUER, 2006) - O primeiro está relacionado ao deslumbramento que a internet exercia sobre a sociedade. Deve-se ter em mente que as facilidades proporcionadas pela internet, que hoje existem e fazem parte do nosso cotidiano, não passavam de profecia. Naquela época estava em voga a visão de que o ciberespaço era uma realidade paralela, um repositório de conhecimentos e de dados, a que todos deveriam ter acesso para que pudessem progredir. Esta abordagem “enfatizava a necessidade de conectar as pessoas de qualquer maneira e a qualquer preço, para que não ficassem para trás”. p. 17 Warschauer (2006) defende que o fornecimento de equipamentos é atraente e fácil em comparação com os problemas inerentes à conectividade, produção e aprendizagem de conteúdo e letramento. Porém é um modelo que apresenta lacunas a serem consideradas. p. 18 (BRASIL, 2010b) - Por suas características, a Operação do Sistema de Acesso Banda Larga, que “provê acesso à internet Banda Larga às comunidades beneficiárias do Programa GESAC” e o Observatório Nacional de Inclusão Digital que tem como “finalidade articular, monitorar, avaliar e apoiar a elaboração, implantação, manutenção e aperfeiçoamento de projetos e ações de inclusão digital” não se enquadram em nenhuma das classificações da competência informacional apresentadas. p. 25

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- A história do desenvolvimento socioeconômico do nosso país mostra um processo de concentração de renda e de estratificação da população, que é agravado pela falta de acesso às novas tecnologias de informação e comunicação. p. 8 - Com base neste contexto histórico, deve-se ter em mente que indicadores são utilizados para subsidiar as atividades de planejamento público, auxiliam na formulação das políticas públicas nas esferas federais, estaduais e municipais dos governos, servem para monitorar as condições de vida e o bem-estar da população e permitem, ainda, o aprofundamento da pesquisa acadêmica sobre os diversos fenômenos sociais (JANNUZZI, 2003). - Deve-se, portanto, conhecer quais são os componentes e os critérios básicos de escolha de um indicador, as propriedades necessárias e desejáveis e quais os tipos (taxonomia) citados na literatura. p. 11 - Indicadores sociais. São aqueles que apontam o nível de bem-estar geral e de qualidade de vida da população, principalmente em relação à saúde, educação, trabalho, renda, segurança, habitação, transporte, aspectos demográficos. (...) Quanto à área temática, os indicadores podem ser classificados em diferentes áreas da realidade social a que se referem: indicadores de saúde, de educação, de mercado de trabalho, de segurança pública e justiça, de pobreza, demográficos, habitacionais, de infraestrutura urbana, de renda e desigualdade entre outros. p. 12 - O segundo aspecto está relacionado ao impacto da internet na vida econômica dos países, pelo surgimento e queda de empresas baseadas exclusivamente na internet, sem presença física, e pelo aparecimento da economia da informação em contraponto à economia de produção. Conforme registra Castells apud Warschauer (2006), houve uma profunda mudança no sistema capitalista existente no final do século XX, que representou a terceira revolução industrial. O autor designou este novo estágio como “pós-industrialismo” ou “informacionalismo”, que é marcado por quatro características. p. 17 - A primeira característica se relaciona ao papel da ciência e tecnologia como força motriz da economia. A segunda característica se relaciona à alteração no modelo de produção industrial. O perfil das empresas principalmente dos países mais industrializados migrou de uma produção de manufaturados para uma produção mais competitiva com uso de processamento de informações. Uma terceira característica é a mudança da organização empresarial hierárquica para uma organização baseada em redes – a empresa deste início de século é composta por equipes multidisciplinares, multiespecializadas. A quarta característica é a ascensão da globalização socioeconômica. p. 18 - Na visão de Soares e Alves (2008), “incluir digitalmente significa democratizar o acesso às novas tecnologias e usufruir desse suporte para melhorar as condições de vida”. Por outro lado, Pinheiro (2007) opina que o uso excessivo da expressão fez com que ela adquirisse um tom de campanha publicitária e se tornasse frágil. Definido o conceito de inclusão digital, falta identificar qual é o modelo existente de inclusão digital, como é implementado e quais são os fatores necessários para o seu sucesso. p. 18 - Em um país de extensão continental, o acesso à internet não será provido somente pelas forças de mercado – será necessária a participação governamental. Por isso, o que está em discussão não é o acesso às tecnologias de informática e comunicações em sentido restrito, e sim, em seu sentido amplo – da capacidade de utilizar essas tecnologias para finalidades mais significativas, de modo mais produtivo. p. 19 - Além dos equipamentos e softwares, fatores sociais, como educação e renda, impactam no processo de inclusão social. Para que as pessoas participem e usufruam da Sociedade da Informação, é necessário que a inclusão digital não se baseie apenas no suprimento de equipamentos e disponibilização de conexão à internet. As iniciativas devem envolver uma série de recursos, com o objetivo de desenvolver as habilidades e o conhecimento necessários para os usuários e as comunidades atendidas. p. 19 - Em consulta ao Portal de Inclusão Digital, mantido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (BRASIL, 2010b), verifica-se que, além dessas nove ações, existem outras quatorze ações governamentais de inclusão digital que não fazem parte do Programa 1008. Para um melhor entendimento das vinte e três ações de inclusão digital e de seus produtos e objetivos conflitantes, será utilizada a classificação de Martins e Lucas (2009) em três concepções para a competência informacional, definidas a seguir. O autor destaca: “que essas concepções não são excludentes, ou seja, a segunda concepção contempla características da primeira

concepção, porém sua ênfase é dada a outra característica própria que não é inerente à anterior, como também a terceira concepção abarca características das anteriores, mas a sua ênfase é dada a uma característica pertencente somente a ela.”. p. 23 - Martins e Lucas (2009), das vinte e três ações de inclusão digital, doze ações são ações de inclusão digital com ênfase nas tecnologias de informação e comunicação e podem ser categorizadas com foco em: a) Capacitação e oferecimento de infraestrutura tecnológica de uso coletivo; (...) b) Oferecimento de equipamentos tecnológicos de forma individualizada. (...) Ações de inclusão informacional com ênfase nos processos cognitivos. São ações que “objetivam a capacitação intelectual e inserção social dos indivíduos, por meio da apropriação tecnológica e informacional de conteúdos mais complexos referentes à sua realidade”. Cinco ações enquadram-se nesta classificação (BRASIL, 2010b): a) A Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital (...) b) A Capacitação de Multiplicadores, do Ministério das Comunicações. (...) c) Os Centros Vocacionais Tecnológicos, do Ministério da Ciência e Tecnologia. (...) d) Os Territórios Digitais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. (...) e) A Estação Digital, da Fundação Banco do Brasil. p. 23-25 - (...) quatro ações (MARTINS e LUCAS, 2009 e BRASIL, 2010b): a) Casa Brasil, do Ministério do Planejamento, que se apresenta com uma infraestrutura completa de equipamentos e recursos humanos capacitados para mobilizar o exercício da cidadania dos indivíduos que atende; b) Maré – Telecentros de Pesca, Ministério da Pesca e Aquicultura, que atua com o intuito de inserir o segmento pesqueiro artesanal brasileiro na sociedade da informação, por meio do uso intenso das novas tecnologias; c) Telecentros de Informação e Negócio (TIN), do Ministério do Desenvolvimento, Comércio e Exterior, que proporciona ao segmento das microempresas e empresas de pequeno porte, a alfabetização digital, a capacitação empresarial e tecnológica, e utiliza-se dos recursos do telecentro para modificar o perfil de seus usuários, de consumidores de informação, para produtores e disseminadores de conhecimento; e d) Quiosque Cidadão, do Ministério da Integração Nacional, que atua em comunidades da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, por meio da presença de um Telecentro que atua provendo conteúdos específicos a essa comunidade. p. 25 - Das vinte e três ações de inclusão digital abordadas até aqui, uma merece destaque. É a ação 6492, Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital do Programa “Inclusão Digital” do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por ser responsável por 72% dos recursos alocados ao principal Programa de inclusão digital do Governo Federal. Nesta ação, os termos telecentros, centros de acesso à internet ou centros de inclusão digital possuem o mesmo significado. p. 26 - De acordo com o MCT (BRASIL, 2010c), a ação Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital tem como objetivo “proporcionar à população menos favorecida o acesso às facilidades da tecnologia da informação, capacitando jovens para o mercado de trabalho, bem como trabalhadores em práticas relacionadas com a informática”. A ação tem como foco a instalação de telecentros, com capacitação em softwares de informática básica e navegação na internet. Entende o MCT (BRASIL, 2010f) que desse modo a ação “contribuirá para a melhoria da educação e aperfeiçoamento de mão-de-obra”, sendo o público-alvo pessoas de todas as faixas etárias, não se restringindo à população urbana. p. 26 - inclusão digital engloba o suprimento de equipamentos e da infraestrutura necessária, mas esta inclusão só ganhará significado ao introduzir, na sua prática, a habilidade de lidar com o conhecimento que conduzirá ao aumento da educação, ao atendimento das necessidades locais das comunidades e à mudança do status quo das pessoas atendidas. p. 31 - O Programa “Inclusão Digital” do Governo é composto de apenas nove dessas ações, cabendo ao Ministério do Planejamento a sua gerência. Contudo, a ação deste programa que mais recebe recursos do Orçamento da União (72%) para a inclusão digital é coordenada por outro ministério – o Ministério da Ciência e Tecnologia. Cada ação possui metas que não estão relacionadas a um indicador ou objetivo, o que não permite aferir os resultados dessas políticas de inclusão digital. Deve-se destacar que o ingresso do Brasil em uma sociedade da informação pressupõe um trabalho de formação sólida de educação para que haja a inclusão social, atividade que deveria estar sob a responsabilidade do Ministério da Educação. p. 31

Mapa Conceitual – n.º 69/2016 – ARAUJO, A.M. (Dissertação) - Brasil, Gabrielle

Referência bibliográfica: SARTÓRIO, Kelly Cristiane. Exclusão social e tecnologia: os desafios da política pública de inclusão digital no Brasil. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Política Social, Serviço Social do Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: populações de baixa renda, desempregados, população carcerária e pessoas com baixo índice de instrução. P.21

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Telecentros Comunitários. P.75 Plano Brasil de Todos (PPA 2004-2007). P.76 Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), Pontos de Cultura – Cultura Digital, Telecentros de Informação e Negócios (TINs), Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos. P.81

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

Exclusão digital - advém da expressão norte-americana digital divide, que tem o significado de brecha digital, ou seja, representa o abismo que separa as pessoas que conseguem lidar com as NTICs daquelas que não têm essa oportunidade ou que não detêm habilidades nem possibilidades para tal. P.14 Ainda em relação ao impacto sobre o aprendizado, há controvérsias de que computadores em salas de aula melhorem o desempenho escolar: estudos recentes mostram que estudantes do ensino fundamental e médio, pertencentes a todas as classes sociais, apresentam uma surpreendente redução em seu desempenho escolar mediante o uso intensivo do computador, sugerindo uma reflexão sobre a

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

DEMO (1998, p.105) Inclusão e Exclusão. P.20 TOURAINE (1994) Exclusão Digital como uma nova face da Exclusão Social. P.20 Castells (1999; 1999a) causadas da Exclusão Digital. P. 21 IANNI, (1986, p.2) Inclusão Digital. P. 30 PEREIRA (2001b) Efeitos da Exclusão. P.52 Joan Subirats (2002, p.1) Conceito de Exclusão Digital. 52 DEMO (1981, p.21) Tecnologia. P.53 Manuel Castells (2003), a exclusão digital pode ser gerada por diversos mecanismos. P.58 Os estudos de Keniston (2003) apontam quatro exclusões digitais. P.59 Souza (2002, p.261-262) coloca a necessidade de problematização das noções de sujeito e de ator. P.59 SCHWARTZ (2000) sujeito como digitalmente incluído. P.59 WARSCHAUER (2006, p.23) noção de exclusão digital. P.60 WARSCHAUER (2002) Um círculo vicioso de subdesenvolvimento. P.61 FOUCAULT (1998, p.10) o poder como “objeto do desejo” P.68 Manuel Castells (1999, p.499-500), a sociedade em rede é capitalista e a tecnologia da informação mostra-se decisiva para a geração de lucros e apropriação de fatias de mercado. P.101

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)->Citações Diretas:

- O processo de inclusão digital vem sendo colocado como sinônimo de ampliação da cidadania e da participação democrática, com a indicação da utilização das NTICs como potencial viabilizador do alcance de conhecimento capaz de transformar a geração presente e as futuras. P.16 -Dessa forma, a relação entre o avanço tecnológico e a exclusão social é tratada em uma perspectiva de classe, considerando-se que o advento das NTICs causou uma verdadeira transformação nos meios de produção, a qual evidencia as diferenças entre as classes sociais. P.20 - A exclusão digital é uma nova face da exclusão social, tendo por divisor de águas não apenas o acesso à informação e aos meios de comunicação necessários ao alcance do mundo digital, mas, sobretudo, ao conhecimento como chave do potencial transformador do indivíduo em sujeito de sua própria história, formando uma nova cultura e estabelecendo novas relações sociais (TOURAINÉ, 1994). P.20 - Castells (1999; 1999a) assinala que uma das causas da exclusão social seria a incapacidade de adaptação dos trabalhadores às mudanças estruturais promovidas pelas tecnologias que impõem uma nova divisão do trabalho por meio da reordenação da produção e do consumo no mundo globalizado. No seu entender, a habilidade ou a inabilidade de domínio das tecnologias pelas sociedades podem traçar seu destino, sua capacidade de transformação. P.21 - Sob essa lógica, a inclusão digital contemplaria a habilidade do excluído em controlar seu processo de inclusão e, para tanto, a respectiva política pública deveria considerar o indivíduo em relação ao seu potencial de tornar-se sujeito de sua própria história. P.23 - O conceito de exclusão social fornecido por Joan Subirats (2002, p.1) engloba a pobreza, contudo vai mais além, definindo-se pela impossibilidade ou dificuldade intensa de acesso aos mecanismos de desenvolvimento pessoal e inserção sóciocomunitária, bem como aos sistemas pré-estabelecidos de proteção.. P.52 - Os estudos de Keniston (2003) apontam quatro exclusões digitais. A primeira delas é verificada em todos os países e se dá pela diferenciação entre ricos e pobres em relação às facilidades de acesso às tecnologias. A segunda, por sua vez, refere-se às línguas dominantes, tendo em vista que a maioria dos conteúdos da Internet encontra-se codificado em inglês ou outra língua da Europa Ocidental. Já a terceira exclusão digital consiste na crescente distinção entre nações ricas e pobres no acesso, evidenciada pelas diferenças de tecnologia nas relações comerciais. Por fim, a quarta exclusão digital é um fenômeno de países ricos, caracterizada pelo surgimento de uma nova elite de profissionais ligados às tecnologias da informação (e também da biotecnologia), como um novo enclave social. P.59 - Sob a ótica mercantil, inclusão digital também pode significar a capacitação daqueles que já se encontram “incluídos” em outro(s) aspecto(s), a exemplo das empresas que treinam seus próprios trabalhadores no trato com as NTICs, a fim de que ampliem seus conhecimentos, seus ganhos de produtividade e de competitividade, conseqüentemente atingindo o objetivo maior empresarial, qual seja, o aumento do lucro. P.67 - Cabe esclarecer que os telecentros comunitários são espaços com computadores conectados à Internet e disponíveis à população, e esse modelo valoriza a inclusão digital coletiva, com participação da comunidade e atuação de entidades do terceiro setor. P.75 - Na visão governamental , a inclusão digital é entendida como direito de cidadania e, assim, objeto de políticas públicas para que a mesma seja promovida. No discurso oficial, enquanto a inclusão digital estiver concentrada somente no acesso individual, irá criar apenas benefícios individuais, sem, todavia, transformar as práticas políticas. Para tanto, o governo federal assinalou como estratégia central a criação de uma infra-estrutura pública para a ampliação do acesso à Internet aos setores impedidos do respectivo uso individual. P.76 - Por sua vez, a dimensão educacional da inclusão digital refere-se ao fornecimento de equipamentos às escolas da rede pública de ensino, concomitantemente à

preparação do corpo docente para vinculação do uso das NTICs à educação formal. A dimensão cultural da inclusão digital é voltada à abordagem de conteúdos para valorização das culturas locais. P.78 - software livre é considerado uma das melhores opções para as ações governamentais de inclusão digital, haja vista a redução de gastos com licenças de uso de software proprietário e o estímulo à autonomia do país no segmento, além de permitir que os usuários das NTICs se apropriem das mesmas. P.85 - Destarte, as explicações básicas para a exclusão social encontram-se refletidas nas razões da exclusão digital: falta de renda para alcançar os recursos físicos e tecnológicos das NTICs; e falta de instrução para aproveitar essas tecnologias a ponto de transformar a realidade social. P.105

Mapa Conceitual – n.º 70/2016 – ARAUJO, A.M. (Pesquisa Amostragem de Dados) - Brasil, Gabrielle

Referência bibliográfica: SORJ, Bernado. Internet na Favela Quantos, Quem, Onde, Para quê. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.bernardosorj.com.br/pdf/internet_na_favela.pdf

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: As pessoas pobres. P.5

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Políticas públicas. P.5

Uma instituição comunitária, que oferece creche e cursos voltados para a educação -como alfabetização de jovens e adultos - possui computadores que, embora de uso da Secretaria, podem eventualmente ser utilizados para trabalhos dos alunos. Esses computadores, que foram doados, agilizam informações e dão maior flexibilidade trabalho do dia-a-dia da instituição. P.72

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Texto não possui abordagem teórica. Tratou-se de uma pesquisa que foi gerada uma amostragem de dados capaz de proporcionar uma visão geral da exclusão digital no conjunto de favelas do município do Rio de Janeiro, com a possibilidade de serem extraídos indicadores para dois grupos de favelas: as que contam com Estação Futuro e as que não contam com Estação Futuro. p. 156

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

Consequências sociais, econômicas e culturais de uma distribuição desigual quanto ao acesso a computadores e Internet, excluindo-se o acesso à telefonia. P.4 Mas a posse do computador está também associada a um componente intangível: a disseminação de uma cultura de valorização da informática, associada em particular à noção de que seu domínio é condição de emprego e sucesso na educação. P.9

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)->Citações Diretas:

- A universalização do acesso é, antes de tudo, um instrumento para diminuir os danos sociais, do ponto de vista da luta contra a desigualdade. Por quê? **a)** Porque a pobreza não é um fenômeno isolado. Ela é definida e percebida, dependendo do nível de desenvolvimento cultural/tecnológico/político de cada sociedade. A introdução de novos produtos (como telefone, eletricidade, geladeira, rádio ou TV), que passam a ser um indicativo de condição de vida “civilizada”, aumenta o patamar dos bens considerados necessários, abaixo do qual uma pessoa ou família é considerada pobre. Como o ciclo de acesso a novos produtos começa com os ricos, para se estender aos pobres após um período mais ou menos longo (e o ciclo nem sempre se completa), a introdução de novos produtos essenciais aumenta a desigualdade. **b)** Porque, sendo os ricos os primeiros a usufruir as vantagens do uso e/ou domínio dos novos produtos, eles melhoram suas condições competitivas, enquanto a carência desses produtos aumenta as desvantagens dos grupos excluídos. P. 5 - Políticas públicas podem aproveitar as novas tecnologias para melhorar as condições de vida do conjunto da população, e dos mais pobres, mas a luta contra a exclusão digital busca, primordialmente, encontrar caminhos para diminuir o impacto negativo dessas tecnologias sobre a distribuição de riqueza e oportunidades de vida. P.5

- A exclusão digital não se refere a um fenômeno simples, ou seja, aqueles que têm *versus* aqueles que não têm acesso a computador e Internet, incluídos e excluídos, polaridade real mas que por vezes mascara os múltiplos aspectos da exclusão digital. A razão disto é simples: a oposição acesso/não acesso é uma generalização razoável, quando se trata de serviços públicos ou de bens de consumo intermediário tradicionais (embora os tipos de TV, geladeira, carro possam ser melhores ou piores e, para a população pobre, o custo da ligação limita sobremaneira o uso de telefone, assim como o custo da gasolina, o uso do carro). P.6 - O número de proprietários de computador, ou de pessoas com acesso à Internet, é uma medida primitiva demais para aferir a exclusão digital. Por quê? **a)** porque o tempo disponível e a qualidade do acesso afetam, decisivamente, o uso da Internet; **b)** porque as tecnologias de informação e comunicação (em diante telemática) são muito dinâmicas e obrigam a uma freqüente atualização de *hardware*, *software* e dos sistemas de acesso que, para não ficarem obsoletos, exigem investimentos constantes por parte do usuário; **c)** porque seu potencial de utilização depende da capacidade de leitura e interpretação da informação, por parte do usuário (no caso da Internet) e de sua rede social (no caso do e-mail). P.6 - Considerando-se um determinado país, geralmente define-se a inclusão digital pela porcentagem de pessoas, no total da população, com acesso a computador e/ou Internet no domicílio. Para identificar as pessoas incluídas, o critério em geral utilizado é o número de computadores por domicílio e/ou de computadores por domicílio, com acesso à Internet. Esta metodologia já foi alvo de críticas, pois em certos países, com um número relevante de pontos de acesso coletivo (comumente denominados telecentros ou *cybercafés*), a quantidade de pessoas que acessam a Internet por computador é muito maior que a média de acesso por domicílio. Argumenta-se também que famílias de classe média normalmente possuem mais de um computador por domicílio, fato que não ocorre entre as famílias pobres. Isto significaria um maior número de usuários por computador entre as famílias pobres e um número menor, entre as famílias de classe média. P.7- A exclusão digital se dá também no interior dos grupos pobres, entre gêneros, raças e grupos étnicos, assim como entre diferentes comunidades. A menção aos bairros pobres pode dar uma visão homogênea destes, mas tanto no interior de cada bairro pobre como entre eles, a desigualdade quanto à posse de computador é muito pronunciada. P.10 - Como veremos a seguir, leva a que as mulheres, pelo tipo de trabalho que realizam, são em geral empregadas domésticas ou fazem serviços de limpeza – sejam as mais prejudicadas e apresentem um nível de exclusão digital muito mais alto que os homens, nas camadas pobres da população. , Por outro lado a população negra masculina, que apresenta uma média de posse de computador por domicílio bastante inferior à população branca da favela, encontra no trabalho um mecanismo de igualação social. Assim, o acesso à informática fora do domicílio tem, geralmente, um impacto democratizador, ainda que desigual, permitindo que pessoas com ingresso médio e nível educacional mais baixo entrem no mundo da informática. P.14 - No estudo da exclusão digital,

portanto, deve ser considerado não somente o número de usuários e não-usuários, mas também a intensidade de uso da Internet, tanto em relação à qualidade de acesso (baixa ou alta velocidade) como ao tempo efetivamente disponível. P.20 - Entre os usuários de computador (dentro ou fora do domicílio) o padrão que associa renda e educação com uso de informática se mantém, mas a distância tende a diminuir, o que indica que as pessoas de menor renda e escolaridade encontram em computadores fora do domicílio um mecanismo de igualação social. P.31 - Enquanto nas favelas altas, os usuários que utilizam o e-mail para trabalho (inclusive escolar) e lazer superam os 50%, nas favelas médias e baixas essa porcentagem cai para pouco mais de 40%. A utilização somente para trabalho é maior nas favelas médias, porém, se somarmos os resultados das duas opções - “somente para trabalho” e “mais para trabalho do que para lazer” - nas favelas baixas será obtido um total de 40.8% e, nas favelas médias e altas, totais em torno de 30%. P.98 - Entre os que não utilizam a Internet (mas são usuários de computador) as explicações apresentadas para isso são similares, entre os diferentes grupos de cor. A principal razão apontada é a falta de local de acesso. P.120 - O uso de sites em outras línguas é mais freqüente entre brancos, seguido por pardos e negros o que, possivelmente, indica um diferencial de níveis escolar e de renda (que envolve condições para pagar cursos privados). P.122 - Levando-se em consideração os achados da pesquisa e a bibliografia internacional sobre o tema exclusão digital, impõem-se algumas conclusões sobre os objetivos da universalização do acesso à Internet e da democratização da informação. Sempre é bom lembrar que, mesmo sublinhando as limitações para se democratizar a informação não estamos, absolutamente, indicando a importância das políticas de universalização de acesso. Pelo contrário, universalizar o conhecimento básico sobre o uso de computadores e Internet é fundamental para limitar o impacto negativo que eles podem trazer para setores mais pobres. Na atualidade, conhecimentos básicos de computação e Internet são, cada vez mais, pré-condição de acesso ao emprego. P.152 - Em países em desenvolvimento, onde as taxas de analfabetismo funcional são altíssimas (no Brasil, calcula-se em torno do 30%), a luta contra as diversas carências de acesso a serviços públicos (educação, saneamento, segurança, saúde, serviços jurídicos) exige uma visão complexa da luta contra a exclusão digital. Obviamente, isto não significa que se deva esperar que se chegue a erradicar o analfabetismo para desenvolver políticas de inclusão digital. Não podemos esquecer que a luta por essa inclusão é uma batalha contra o tempo. As novas tecnologias da informação aumentam a desigualdade social, de forma que a universalização do acesso não é mais do que a luta para nivelar as condições de acesso ao mercado de trabalho. As exigências da economia e os novos empregos obrigam a convivência de políticas públicas que trabalham simultaneamente com diferentes setores sociais e ritmos desiguais de universalização de serviços públicos. Porém, não se pode desconhecer a imbricação das políticas sociais, e o fato de que o sucesso final destas depende de um programa integrado de universalização dos vários serviços públicos. P.153 - As escolas são instrumentos centrais para socializar as novas gerações na Internet. Isto, porém, não implica: a) transformar a telemática em instrumento privilegiado do sistema educativo; b) realizar *sobre investimentos*, com um número exagerado de computadores, por escola. P.153

Mapa Conceitual – n.º 71/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo Acadêmico)

<p>Referência bibliográfica: BARROS, Cindhi Vieira Belafonte; COSTA, Mayra Cabrera; SANTOS, Adriana Cristina Omena dos. Políticas públicas de inclusão sociodigital: os pontos de acesso em Uberlândia, MG. In: CONGRESSO PANAMERICANO DE COMUNICAÇÃO, 2010, Uberlândia. Anais Congresso Panamericano de Comunicação, 2010. p. 1 - 10.</p>

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Os que não se apropriam das novas tecnologias para a geração de conhecimento.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

Marques de Melo (2002, p. 37) corrobora ao afirmar que algumas propostas inclusivas existentes desconsideram que a “exclusão digital é uma mera projeção da exclusão cultural e tem seu fundamento na exclusão socioeconômica”. O autor afirma que sem acesso à renda, cultura e, principalmente, educação não há meios de se resolver o problema da exclusão digital. O indivíduo privado desses bens não terá interesse em utilizar a tecnologia para seu deleite cultural e crescimento intelectual. p.7 (...) estar conectado a internet não garante a ninguém o direito à comunicação e muito menos a condição de cidadão: se não houver um processo de educação para a comunicação, o acesso às novas tecnologias será simplesmente um fetiche. p. 8

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- Na verdade, a ideia geral que se tem é a de que a Sociedade da Informação é mais uma etapa no processo permanente de desenvolvimento do capitalismo, do conhecimento e da acumulação de capital humano e de capital organizacional das empresas. Como consequência, é natural o interesse em análises sobre as implicações advindas do processo de transformação que deriva dessa reestruturação capitalista (OMENA, TAVARES, 2003; WOLTON, 2000; BOLÃO, 1999), bem como de alternativas que permitam aos indivíduos terem acesso a essa nova sociedade. p. 3 - é também da autora a indicação das indagações acerca dos motivos que levam os intelectuais da atualidade, dentre eles os educadores, a advogar a favor da Sociedade do Conhecimento como uma organização superior de práticas políticas e pedagógicas socializadoras do saber, quando, na verdade, a construção dessa Sociedade da Informação é meta do capitalismo em seus desdobramentos mais sofisticados. Quanto a estes questionamentos levantados pela autora, é imprescindível esclarecer que os intelectuais a que ela se refere estão alinhados a uma corrente ideológica pós-moderna. p. 4 - Os intelectuais engajados na perspectiva marxista reconhecem que a Sociedade da Informação é uma arquitetura moderna e convincente do “tecnocapitalismo”, que busca de um lado, a conformação e o controle social, e de outro, o estímulo ao consumo de novas tecnologias que são apresentadas ao grande público, como instrumentos democráticos de acesso à informação e ao conhecimento. p.4 - Para a autora, a Sociedade do Conhecimento está em construção e nos obriga à criação de condições para se reconhecer o conhecimento que vier a ser adquirido por formas não convencionais às da escola, como requisito de inovação e desenvolvimento social. p. 5 - há que se questionar até que ponto a sociedade do conhecimento pode, de fato, também ser chamada de sociedade da aprendizagem, uma vez que esta pressupõe apropriação, construção e reconstrução de conhecimentos. Em uma sociedade capitalista, a aprendizagem está mais a serviço da submissão à libertação dos indivíduos. A educação é confundida com ensino e visa à manutenção do status-quo das elites. p.5 - (...) tendo como problematização o fato de que o contato com a tecnologia em si não é suficiente para equacionar os problemas de exclusão fundamentados na dívida social, educacional e cultural junto à população de baixa renda, será necessário avaliar a relação dos indivíduos com as possibilidades tecnológicas e de inclusão digital presente. p.6 - O tema da inclusão digital tem recebido grande atenção dos pesquisadores nos últimos anos, como é possível observar nos estudos de Schwartz (2003), Porcaro (2005), Martini (2005) e Afonso e

Soares (2006), citados por Balboni (2007), quando afirma que as iniciativas de inclusão digital vêm sendo desenvolvidas em virtude, principalmente, da globalização da informação e do conhecimento. p.6 - Para a autora, incluir digitalmente vai além de simplesmente fornecer o acesso a computadores conectados à Internet: consiste em possibilitar à população de baixa renda, ou com oportunidades restritas de acesso a estes recursos, a utilização da tecnologia e da informação que ela veicula, em seu benefício, de modo a transformar tanto sua própria realidade quanto a da comunidade em que vive. p.6 - Diante do novo paradigma tecnológico apresentado, torna-se imprescindível a todos os agentes envolvidos direta ou indiretamente na utilização de novas tecnologias, uma reflexão sobre: os impactos dos avanços científicos na sociedade atual; o papel da ciência (como fonte de conhecimento); dos cientistas (como criadores do conhecimento) e dos comunicadores, educadores e dos meios de comunicação (como possíveis transmissores do conhecimento). p. 8 - Diante dos resultados apresentados, é possível concluir que, apesar de haver diversos pontos de acesso/telecentros e reestruturação de laboratórios de informática (via programas de inclusão digital) nas escolas estaduais da região, a mera existência destes espaços não é suficiente para garantir a inclusão digital eficiente. p. 13 - é possível confirmar a tese de que viabilizar o acesso às novas possibilidades tecnológicas não garante a inclusão digital; haja vista que para que ela ocorra, é necessário que se desenvolvam projetos consistentes, com metodologia adequada para a participação do indivíduo na realidade digital e com funcionamento eficaz. p. 13

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Telecentros, espaços físicos em que são alocados alguns computadores conectados à Internet para uso comunitário, implantados em inúmeros municípios do país, pois se acredita que o acesso à Internet assegura a entrada de todos os consumidores em uma fase de globalização telemática. p. 5 Programa Digitando o Futuro, da Prefeitura de Uberlândia - 18 computadores para uso exclusivo dos alunos durante as aulas. Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) doou 15 equipamentos completos na mesma escola. p. 9. ProInfo - 18 computadores de uso exclusivo dos alunos nos períodos letivos. p. 10

Metodologia

Revisão de literatura e levantamento comparativo dos projetos de inclusão digital em Uberlândia

Mapa Conceitual – n.º 72/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista) – Brasil, Gabrielle

Referência bibliográfica: SORJ, Bernardo; GUEDES, Luis Eduardo. Exclusão Digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. *Novos Estudos: Cebrap, São Paulo*, v. 1, n. 72, p.1-20, jul. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000200006>. Acesso em: 16 jun. 2015.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: A população pobre.

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

O texto não possui abordagem teórica.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Políticas públicas. P.2 Desenvolvimento de telecentros. P.20

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

Neste estudo, a exclusão digital se refere às consequências sociais, econômicas e culturais da distribuição desigual no acesso a computadores e Internet. P.1 O processo desigual de disseminação do computador entre a população das diferentes cidades do Brasil reflete, sem dúvida, o nível desigual de riqueza e de escolaridade entre as diferentes regiões e cidades do país, em particular das populações pobres das regiões Norte e Nordeste em relação ao Centro-Sul. P.6

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)->Citações Diretas:

- A pobreza não é um fenômeno isolado. A maneira pela qual a pobreza é definida e percebida depende do nível de desenvolvimento cultural/tecnológico/político de cada sociedade. P.2 - Políticas públicas podem aproveitar as novas tecnologias para melhorar as condições de vida do conjunto da população e dos mais pobres, mas a luta contra a exclusão digital é, sobretudo, uma luta para encontrar caminhos para diminuir o impacto negativo das novas tecnologias sobre a distribuição de riqueza e oportunidades de vida. P.2 A exclusão digital não se refere a um fenômeno simples, não se limita ao universo daqueles que têm versus ao daqueles que não têm acesso a computador e Internet, dos incluídos e dos excluídos, polaridade real mas que por vezes mascara os múltiplos aspectos da exclusão digital. A **razão** é simples: a oposição acesso/não-acesso é uma generalização razoável somente em relação a certos serviços públicos (como, por exemplo, eletricidade, água, esgoto) e bens tradicionais de consumo intermediário (a relevância do tipo/qualidade de TV, geladeira, telefone ou carro é secundária, embora para a população pobre o custo da ligação limite sobremaneira o uso de telefone ou o custo da gasolina, o uso do carro). P.3 A inclusão digital num país é geralmente definida pela porcentagem de pessoas, no total da população, com acesso a computador e/ou Internet no domicílio. P.4 De acordo com a pesquisa, 9% dos domicílios localizados nas favelas possuem computador. Os entrevistados e as entrevistas dos grupos focais indicam que o computador geralmente é visto como um bem de consumo pessoal, embora posse e propriedade não fiquem claramente definidas. P.4 Mas a posse do computador está também associada a um componente intangível: a disseminação de uma cultura de valorização da informática associada em particular à noção de que seu domínio é condição de emprego e sucesso na educação. P.6 A exclusão digital se dá também no interior dos grupos pobres, entre gêneros, raças e grupos étnicos, assim como entre diferentes comunidades. A menção aos bairros pobres pode dar uma visão homogênea deles, quando tanto no interior de cada bairro pobre como entre eles a desigualdade de posse de computador é muito pronunciada. P.7 O valor efetivo da informação depende da capacidade dos usuários de interpretá-la. Informação só existe na forma de conhecimento, e conhecimento depende de um

longo processo de socialização e de práticas que criam a capacidade analítica que transforma bits em conhecimento. Portanto, confrontar a exclusão digital supõe enfrentar a exclusão escolar. P.19 As novas tecnologias da informação aumentam a desigualdade social, de forma que a universalização do acesso não é mais do que a luta por renivelar as condições de acesso ao mercado de trabalho. As exigências da economia e os novos empregos obrigam a convivência de políticas públicas que trabalhem simultaneamente com diferentes setores sociais e ritmos desiguais de universalização de serviços públicos. Porém, não se pode desconhecer o imbricamento das políticas sociais, e que o sucesso final depende de um programa integrado de universalização dos vários serviços públicos. No curto prazo, as políticas de inclusão digital, que terão necessariamente um impacto sobre somente uma parte da população mais pobre, devem definir claramente o público-alvo prioritário. P.19

Mapa Conceitual – n.º 73/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista) – Brasil, Gabrielle

Referência bibliográfica: BORBA, Valdinéa Rodrigues de Souza; LIMA, Susana Marcelle de; REIS, Sueli Antônia. INFORMÁTICA NA SALA DE AULA: REALIDADE OU UTOPIA? Nucleus, Issn: 1982-2278, v. 1, n. 5, p.12-19, mar. 2008. Semestral.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Os discentes.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

A não utilização dos computadores por professores além do especializado em informática. P.6. O texto não faz relação da Exclusão digital com a Educação.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

As salas de informática nas escolas. P.6

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)->Citações Diretas: Lévy advoga que a tecnologia da informática pode e deve ser amplamente utilizada nas escolas e que a não aceitação desta realidade e da inserção de seus alunos no universo das telecomunicações e da informática é ultrapassada e nociva. Moscovici, por sua vez, aponta que as representações sociais que as pessoas têm sobre algo, neste caso, os docentes sobre os computadores e seu uso, são fatores determinantes para suas ações. P.2 As pessoas estão inseridas em uma realidade altamente informatizada, onde o uso de computadores passou a ser estritamente necessário, obrigando-as a uma adaptação imediata. P.3 A proliferação da informática tem uma influência gigantesca na nossa vida e surte efeito em nossos hábitos, costumes, dogmas e em nossa cultura. P.3 Suas argumentações e práticas pedagógicas indicam que as salas de informática devem ser utilizadas apenas para inserir o aluno no mundo digital, sem nenhum cunho pedagógico, além de garantir a aprendizagem do uso desta ferramenta tecnológica. P.6 Nas práticas pedagógicas de algumas professoras, a sala de informática não é utilizada pelos seguintes motivos por elas apresentados: falta de sala de informática em condições de uso (6 professoras) e indisciplina dos alunos. P.6 Pode-se verificar que apesar da diversidade existente de opções de uso da tecnologia como ferramenta didática, o uso do computador, especificamente, ainda não se configurou como uma realidade em

nossas escolas. P.6 Para que o professor obtenha êxito, é necessário que o mesmo se prepare previamente, planejando conscientemente a sua aula, com vistas a motivar os estudantes e, assim, alcançar os objetivos propostos, pois a simples presença da tecnologia na sala de aula, por si só, não garante a qualidade do ensino, nem dinamismo à prática pedagógica. P.7

Mapa Conceitual – n.º 74/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista)

Referência bibliográfica: BATISTA, Micheline. Warschauer, Mark. Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate. Estudos de Sociologia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, Pernambuco, v. 14, n. 1, p.197-201, abr. 2006.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: os que não tem acesso, não possuem habilidades para utilizar as ferramentas digitais e os que não possuem acesso a banda larga.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

O autor nos mostra que não basta querer melhorar a vida das pessoas fornecendo computadores e conexões à Internet. Para que a tecnologia faça diferença, é necessário levar em consideração o conteúdo, a língua, o letramento, a educação e as estruturas comunitárias e institucionais. p. 197

“O acesso significativo a TIC abrange muito mais do que meramente fornecer computadores e conexões à Internet. Pelo contrário, insere-se num complexo conjunto de fatores, abrangendo recursos e relacionamentos físicos, digitais, humanos e sociais. (p.21)”. p.197

Naquele período (1990), o conceito de exclusão digital enfatizava com frequência a necessidade de conectar as pessoas de qualquer maneira e a qualquer preço, para que não ficassem pra trás. (...) no final daquela década, o conceito de exclusão digital foi superado, uma vez que nos países ricos quem deseja um computador dispõe de recursos ou meios para adquirir um. p. 198

“O que é mais importante a respeito da TIC não é tanto disponibilidade do equipamento de informática ou da rede de internet, mas sim a capacidade pessoal do usuário de fazer uso desse equipamento e dessa rede, envolvendo-se em práticas sociais significativas.”(p. 63-64). p. 199

“O letramento, como o acesso a TIC, inclui uma combinação de equipamentos, conteúdo, habilidades, entendimento e apoio social, a fim de que o usuário possa envolver-se em práticas sociais significativas. (p. 64).” p. 199

No chamado letramento informacional, são essenciais tanto o conhecimento específico do uso do computador, com seus programas de navegação e mecanismos de busca, quanto as habilidades para localizar, avaliar, armazenar e utilizar as informações em um meio cada vez mais multimídia n. 201

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

O texto não aponta projetos

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

O texto não possui por se tratar de resenha de uma obra.

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- Dez anos de pesquisas em países como Índia, Brasil, Egito, China e Estados Unidos renderam a Mark Warschauer uma profunda reflexão sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) como ferramenta de inclusão social. p. 1 - (...) problemas sociais não se resolvem com a equação hardware + software. É preciso focar nos sistemas social e humano, integrando a TIC em comunidades, instituições e sociedades. p.197 - O acesso a TIC, definido de modo amplo, pode ajudar a determinar a diferença entre marginalização e inclusão nessa nova era socioeconômica, que sugere a emergência de um novo estágio do capitalismo global, designado por alguns analistas como pós-industrialismo (David Bell) ou informacionalismo (Manuel Castells). p. 198- Excluir as pessoas desse processo seria furtá-las de exercer a plena cidadania, seja nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, nas áreas urbanas ou rurais, para objetivos econômicos ou sociopolíticos. p. 199 - Ele diz que é preciso ter “habilidades e entendimento para utilizar o computador e a Internet de modo socialmente válido. (p. 55)”. (...) existem outras barreiras que promovem a desigualdade digital, como o acesso diferenciado via banda larga e o conteúdo inadequado para as necessidades dos cidadãos de baixa renda. p. 199 - Enquanto nos países desenvolvidos o objetivo é prover serviço universal à Internet, assegurando que todas as pessoas tenham a oportunidade de ter conexão em casa, nos países em desenvolvimento o desafio é prover acesso universal, garantindo que todas as pessoas possam fazer uso da internet, seja em casa, no trabalho, na escola ou em um telecentros comunitário. p. 200 - Em relação ao conteúdo, ele explica que as informações disponíveis têm que ser relevantes para o internauta. Quanto mais próximas da sua realidade, melhor. p. 200 - “integração social da tecnologia”, o que vai além do conceito de exclusão digital. É muito mais uma questão de desigualdade digital, que precisa ser avaliada tanto nas situações em que a penetração da internet é alta quanto em situações nas quais é baixa e está apenas começando. p. 201 - “talvez o mais significativo seja que a informática não pode ser entendida como uma ferramenta isolada, mas sim como parte de um pacote global.”(p. 275-276). p. 201

Mapa Conceitual – n.º 75 /2016 – ARAUJO, A.M. (Dissertação) – Vial, Hevellyne

Referência bibliográfica: COSTA, Vevilia Rezende. Telecentros.BR: uma análise territorial da inclusão digital face à exclusão social no Brasil. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Ciência Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: O texto não define os sujeitos da exclusão digital.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

A inclusão digital é, em certa medida e para o que se propõe, em seu conceito e na fala governamental, um instrumento de poder ao alcance de quem detém o conhecimento e a tecnologia. Deste poder deriva a formação de territórios ainda desconhecidos. Pg. 52
O texto não faz relação com a exclusão digital e a educação.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Política nacional (Brasil Conectado). Pg. 45 Telecentros. Pg. 48 Programa Sociedade da Informação no Brasil. Pg. 68 Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – telecentros.br. Pg. 76 Casas digitais. Pg. 91

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- No entanto, o que se vê fora da rede é um novo abismo separando os indivíduos e comunidades, não mais entre centro e periferia, simplesmente, mas entre conectados e desconectados. Em tese, a transposição deste abismo se encontraria numa política eficaz de ampliação do acesso às novas. Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Pg. 15 - Assim como em outras partes do mundo, a Internet do Brasil nasceu na Academia. Havia um anseio por parte das universidades brasileiras no sentido de fazer parte das grandes redes acadêmicas ao redor do mundo, notadamente a Bitnet (Because it's time to network), que reunia as maiores universidades estadunidenses na década de 1980. A primeira conexão entre universidades brasileiras e internacionais, por meio de uma rede telemática rudimentar, teve como ponto central a FAPESP, que unia ao mesmo tempo as universidades USP, Unesp e Unicamp. A escolha da FAPESP se deu com base na disponibilidade dos recursos necessários, única no país naquele momento histórico. Pg. 18 -Essencialmente, o CGI.br foi criado para gerir as três bases da infraestrutura da Internet no Brasil, atuando em todos os padrões, desde a infraestrutura física de telecomunicações (a parcela dedicada às conexões com a rede), até chegar ao usuário final. Pg. 25 -No início da história da Internet, não havia preocupação quanto à segurança das redes interconectadas – as redes eram poucas, havia poucos conectados, e isso criava uma atmosfera de confiança mútua. Com a revolução provocada pela implantação dos protocolos TCP/IP, associada ao crescimento assombroso nos índices de conectividade, este quadro também sofreu mudanças. Pg. 34 -A constante observação do crescimento da Internet no Brasil é fundamental para uma gestão eficiente. Com esta visão, o NIC.br criou o Centro de Estudos sobre Tecnologias da Informação e Comunicação (CETIC.br). Este departamento, criado em 2005, tem como principal atribuição coordenar e publicar pesquisas na área de disponibilidade e uso da Internet no Brasil, produzindo indicadores e estatísticas de monitoramento e avaliação do impacto socioeconômico destas tecnologias, de maneira a colaborar de forma efetiva na “elaboração de políticas públicas que garantam o acesso da população brasileira às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)”. Pg. 38-39 -Diante da necessidade iminente de posicionamento e ação perante o avanço das TICs e do crescimento de sua importância no processo de desenvolvimento das sociedades, o governo brasileiro iniciou seus passos na direção da gestão na área de tecnologia. Verificada a inclusão digital como parte fundamental deste processo, o Governo Federal inicia um grande Programa de Inclusão Digital, o maior da América Latina, com investimentos milionários em projetos de inclusão digital. Dividindo-se em várias frentes, este Programa tem suas atribuições reunidas num só

órgão, com diversos tentáculos. Pg. 44 -Carro-chefe da política nacional de inclusão digital, este programa foi apresentado em 2010 e possui objetivos muito complexos e diversos. Sua criação é anterior à do Comitê Gestor, mas o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) passa a existir sob o guarda-chuva do CGPID para uma sistematização mais clara. O PNBL foi implantado por meio do Decreto nº 7175 de 12 de maio de 2010, onde se apresentam seus objetivos, implantação, desenvolvimento e ações. Segundo o Ministério das Comunicações, este PNBL é uma política pública totalmente nova e extremamente necessária para o desenvolvimento do país em todos os aspectos. Pg. 45 -Enquanto são implementadas ações para inclusão digital em várias frentes no Brasil, o Governo Federal detectou a necessidade de se realizar um acompanhamento e uma avaliação destas ações; para este fim, foi criado em 2010 o ONID – Observatório Nacional da Inclusão Digital. Formado por uma parceria entre o Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos (IPSO) e o Governo Federal, o ONID tem como principal atividade a coleta, sistematização e disponibilização de dados acerca das ações de inclusão digital. Os dados são apresentados aos gestores e à sociedade civil com o propósito de funcionar como um mapa da inclusão digital no Brasil, com base no cadastro de todos os telecentros existentes em território nacional, permitindo assim uma visão o mais completa possível, além de propiciar a articulação de uma rede de comunicação entre as diversas iniciativas de inclusão digital no Brasil. Pg. 47 O Telecentros.br, em conjunto com as parcerias selecionadas, subsidia a formação e manutenção de telecentros em todo o território nacional, fornecendo equipamento, material de orientação e formação aos agentes envolvidos. Para a formação dos agentes, foi criada a Rede de Formação para Inclusão Digital, que converge atividades de qualificação para os agentes de telecentros apoiados pelo projeto. Esta rede é movida por órgãos governamentais federais, estaduais e municipais com participação da sociedade civil, sob a coordenação do Ministério do Planejamento. Pg. 50 -Desta feita, entendemos que o problema fundamental do território é o poder, que é compreendido aqui em seu conceito relacional, ou seja, como capacidade do sujeito de obter certos efeitos com base em sua relação com um outro sujeito. Como resultado disso, o poder de um sujeito significa o não-poder de outro. Este conceito relacional de poder pode ser, finalmente, percebido como parte dos processos de inclusão e exclusão, discutidos anteriormente. Pg. 51 O poder depende da legitimidade para ser exercido, o que presume certo consenso; seu exercício se dá de várias formas, mas sobretudo acontece sobre três bases: econômica, ideológica e/ou política. Pg. 51 -Embora nas Américas o maior contingente de pessoas conectadas à Internet esteja, sem dúvida, nos Estados Unidos, a América Latina vem experimentando um crescimento vertiginoso em seus índices de conectividade, ano após ano. Esta tendência se reflete na produção acadêmica dos países latino americanos, que começam a se preocupar especificamente com o tema da Internet em várias frentes. Pg. 58 No entanto, a segregação (como conceito fundamentado sobre bases científicas construídas com rigor metodológico específico) não pode ser vista de maneira tão simplória, apenas como o resultado de desejos individuais pela manutenção de um status quo comunitário, a partir de inúmeras diferenciações; ao contrário, é possível apontar tantos atores que promovem a segregação a partir do momento em que selecionam espaços e lhes atribuem funções e destinatários, ficando a critério dos grupos humanos disputarem entre si pelo uso destes espaços. Este movimento acaba por criar desigualdades entre espaços e entre grupos, num processo de criação e recriação de espaços de exclusão. Por outro lado, a exclusão social (como noção) é mais do que simples divisão com base em alguns critérios: como processo, é um elemento de práticas espaciais. Pg. 64 -Com olhos atentos sobre esta face perversa da implantação e modernização massiva dos recursos tecnológicos, o Programa Sociedade da Informação no Brasil propõe uma universalização do acesso às novas TICs, proposta da qual o Programa Telecentros.BR é parte integrante. No entanto, em consonância com Squirra, entendemos também que “o simples alavancamento tecnológico (...) não garante a diminuição da carência de acesso aos bens de consumo modernos”.¹⁰⁷ Isso tem como consequência uma marginalização que não ocorre somente em escala local ou nacional, mas é notada de maneira muito clara em escala global: aqueles que não têm acesso, cada vez mais separados. É sobre a exclusão digital, um efeito perverso do advento da Sociedade da Informação e que, infelizmente, não parece ser facilmente

vencido com a chegada da Sociedade do Conhecimento, que trataremos em seguida. Pg. 70 -(...). Percebe-se que, apesar dos repetidos esforços de implementação de programas e ações que visem “massificar (...) a oferta de acessos banda larga e promover o crescimento da capacidade da infraestrutura de telecomunicações”¹²⁰, a ampliação da estrutura de difusão das TICs não é, isoladamente, condição suficiente para promover a verdadeira democratização das mesmas. Pg. 73 As características demográficas, econômicas e sociais utilizadas na escolha dos locais de implantação das unidades (e que devem ser detalhadas quando do lançamento das propostas) também se mostram profundamente geográficas. Com base em certos critérios de análise populacional, fatores econômicos e de renda e características sociais as mais variadas (gênero, credo, identidade racial, escolaridade e tantas outras) é possível estratificar infinitamente uma comunidade e delimitar áreas específicas tão numerosas quanto os estratos daí derivados. A escolha dessas características está também intrinsecamente ligada ao poder e, conseqüentemente, é capaz de gerar territórios com todos os tipos de propriedade: malhas, nós, redes, enclaves, sobreposições, etc. Pg. 87 A definição de “Telecentros comunitários”, que se apresenta pela primeira vez também no Decreto, considera-os “espaços que proporcionem acesso público e gratuito às tecnologias da informação e da comunicação (...)”.Pg. 88 -(...).Outrossim, a implantação de telecentros nestes territórios se mostra uma estratégia eficaz de contemplação de áreas com necessidades muito específicas de desenvolvimento, devendo assim funcionar a inclusão digital como mais um motor a impulsionar um movimento de redução das disparidades internas no País. No entanto, fica claro que o uso deste termo refere-se unicamente ao fator locacional, não levando em consideração o verdadeiro territorial composto de relações entre atores, construção e uso do espaço. Pg. 93 Entretanto, o cruzamento dos dados de exclusão social e acesso à internet (Figura 6) nos dá um panorama interessante sobre uma tendência aparentemente óbvia: ao contrário do que se espera, os estados da federação com os piores índices de exclusão social não são necessariamente aqueles com o pior acesso à Internet. Pg. 97 -No entanto, um contato inicial com os telecentros cadastrados mostrou um obstáculo à seleção da amostra; ao telefonar para os números informados pelo ONID, verificamos que a maior parte dos telecentros não se encontra em funcionamento. Pg. 104 -As entrevistas mostram certa homogeneidade no padrão de funcionamento das unidades e do público atendido. É notório que a maior parte dos usuários está nos grupos considerados de baixa renda, com níveis de escolaridade médios; as maiores diferenças se encontram na faixa etária e na origem dos usuários. -A Internet tem-se mostrado uma rede frutífera e poderosa. No Brasil, desenvolveu-se um sistema de gestão robusto e bem fundamentado, construído de maneira colaborativa, de onde nasceram as propostas de políticas públicas voltadas à inclusão digital e ampliação do acesso às redes informacionais. Entretanto, embora bem desenvolvidas e criadas de maneira inteligente e inspiradora, estas políticas públicas apresentam entraves, problemas e contradições. Pg. 113 -A inclusão digital é hoje uma das mais fortes armas na luta contra a exclusão social nas comunidades; entretanto, as matrizes de análise construídas e aplicadas mostraram uma tendência dos programas de inclusão digital a privilegiar questões técnicas e econômicas, obliterando os valores cognitivos – sociais, culturais, intelectuais. Compreende-se que esta tendência empobrece também a prática da inclusão social e tira dela seu maior poder, que é transformar as pessoas. Pg. 114

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Novo *apud* S. D. Porto, 1999 - resultados da tecnologia, as relações com o outro nesse meio não parecem muito diferir da que se manifesta em relação aos excluídos da vida real. Pg. 13 M. Castells, 1999 - organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funciona por meio de Fluxos. Pg. 14 M. Silva, 2008 - sociedade em rede, onde os fluxos definem novas formas de relações sociais. Consórcio de entidades civis de diversos países Pg. 14; 20 BRASIL (Ministério das Comunicações), 2010 - massificar a oferta de acessos de conexão em banda larga até o ano de 2014. paradigma técnico-econômico. Pg. 15; 67 M. Santos, 2001 - globalização perversa. Pg. 16 M. Santos, 2007 - desigualdade social. Desigualdades territoriais. formas-conteúdo. Pg. 17; 51; 55 Kurbalija e Gelbstein *apud* M. Silva, 2008 - Infraestrutura de telecomunicações. Pg. 18 E. Rezende, 2004 - o protocolo TCP/IP marcou o início da era *hacker*. Pg. 34 Decreto nº 4829, de 3 de setembro de 2003 - uso e desenvolvimento da Internet no Brasil. Diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil. Pg. 35; 39 Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br – NIC.br - requisitos de segurança e emergências na Internet Brasileira. Pg. 35 Brasil, Aviso de Seleção Pública de Parcerias MP/MCT/MC nº 1/2010 - Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentros.BR. Pg. 48-49 Brasil, Portaria nº 22, de 23 de novembro de 2010 - regras operacionais, diretrizes e normas de execução relativas ao Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades. Pg. 51 M. Souza, 2006 - instrumento de manutenção, conquista e exercício de poder. rede de relações sociais projetadas no espaço. o território, mais do que anterior à autonomia, é fator de autonomia Pg. 51; 52; 53 M. Santos e M. Silveira, 2001 - territorialidade é pertencer àquilo que nos pertence. o território condiciona a localização dos atores. Pg. 52; 53 M. Steinberger – espaço como uma totalidade que se expressa materialmente em uma configuração territorial. Pg. 55 M. Dodge, 2001 - núcleo da cibergeografia. Pg. 57 P. Demo, 2007 - estar excluído é modo de ser parte do sistema. Pg. 62 Vicira et. al. *apud* E. Melazzo e R. Guimarães, 2010 - exclusão social. Vulnerabilidade social. Pg. 62; 66 R. Vicente, 2011 - A pobreza. Pg. 65 R. Haesbaert – nova Inovação. Pg. 66 S. Squirra - aplicações da informação com as tecnologias da comunicação. Pg. 69 M. Warschauer, 2002 - cisão digital. Pg. 72 M. Brandão e B. Troccoli, 2006 - avaliação de programas públicos no Brasil. Pg. 95 A. Holanda, 2003 - avaliação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional. Pg. 95 A. Lemos, 2004 - a mera inclusão de uma rede técnica poderá criar processos de inteligência coletiva. Pg. 110

Mapa Conceitual – n.º 76/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista)

Referência bibliográfica: DUPUY, Gabriel. A exclusão digital: mitos e realidades. Revista Ra e Ga, Curitiba, v. 16, n. 1, p.187-191, jan. 2008.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: Os que estão sem acesso por questões de localização e falta de ferramentas das novas TICs.

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

Numa renda dada, as famílias que não têm assinatura de alta velocidade encontrariam provavelmente uma menor utilidade do que as que obtêm outros consumos. Como escreveu um feroz crítico da exclusão digital de maneira figurada: “Eu gostaria de ter uma Mercedes. Eu não tenho os meios para tal. Eu sou, portanto vítima de uma Mercedes Divide que separa os possuidores de Mercedes dos outros?”. Em outros termos, a exclusão digital não é um aspecto ideológico da simples constatação da desigualdade de renda e dos consumos nas sociedades para a economia de mercado? p. 188

OCDE para exclusão digital ganha relevo: “o distanciamento entre os indivíduos, os lares, as empresas, os espaços geográficos e as diferenças socioeconômicas relativas às suas oportunidades de acesso às tecnologias da informação e a comunicação e o uso de Internet para o conjunto de suas atividades”. p. 188

(...) a exclusão digital não é a simples tradução de diferenças de renda e das preferências dos consumidores, mas constitui uma ameaça real para certos territórios ou certas populações. p. 190

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

- Apontava-se então o maior dos fatores de desigualdade: a renda certamente, mas, também o nível de educação, o sexo e, a raça, sobretudo nos Estados Unidos. A expressão “Racial Ravine” acompanha a mesma da “Digital Divide”. É em reação a essa visão simplista das coisas que certos autores desenvolveram uma argumentação simples, mas incisiva. p. 188. -Segunda linha de crítica da exclusão digital: o alibi. No mundo contemporâneo, a informação e o conhecimento seriam os fortes elementos da vida social e econômica. Essa ideia é largamente compartilhada. A partir disso, deduzimos que as desigualdades socioeconômicas podem ser reduzidas por uma divisão mais igualitária dos recursos de informação e de comunicação. Por que se esforçar em reduzir a grandes custos os déficits socioeconômicos nos domínios tais como o emprego, a educação, a saúde, a mobilidade, o lazer enquanto que as TIC permitem a menor custo queimar etapas de desenvolvimento tão difíceis de alcançar? p. 188. -(...) os críticos da exclusão digital culpam os países ricos de ter inventando um conceito, a exclusão digital, que assinala mal os problemas reais das populações e dos territórios concernidos. (...) A exclusão digital não seria então mais que o alibi de um desengajamento da ajuda ao desenvolvimento das populações, territórios, regiões desfavorecidas. p. 188 -(...) são excluídos de um mundo que em seus menores detalhes funciona doravante com ajuda dessas tecnologias. As vítimas da exclusão digital seriam de alguma forma condenadas a não mais ser cidadãos do mundo. p. 189. -A grande massa das populações comuns continua tendo um uso muito modesto das TIC, não somente por razões econômicas, que seria o sentido da exclusão, mas simplesmente pelo fato do caráter fundamentalmente rotineiro dos modos de vida e do rigor do emprego do tempo. p. 189 -Se levamos um pouco mais longe o raciocínio, a exclusão digital não seria então mais que a constatação instantânea do poder dinâmico inovador das TIC. Os diferentes aspectos dessa exclusão observados aqui ou acolá, a exclusão cidade/campo, centro/periferia, Norte/Sul, exclusão “grisalha”, seriam marcas da mais ou menor rapidez do processo de difusão da inovação. p. 189. -Em outros termos, eu não tenho pessoalmente a escolha de ser servido em domicílio por uma fibra óptica com uma velocidade de 100 Mb/s, mesmo pagando maior preço, se a operadora não incluiu meu imóvel e meu

bairro em seu plano de desenvolvimento que leva em conta os outros usuários potenciais para equilibrar seu modelo econômico. p. 190. -Quanto mais o fenômeno da convergência se amplia, mais o risco de exclusão digital é grande entre aqueles que, controlando a ferramenta digital, tem acesso a tudo que se abre como novas possibilidades (qualquer que seja o setor considerado) e aqueles que são cada vez mais excluídos. p. 190. -Esse ritmo frenético de inovações cujas razões são ao menos tanto econômicas como técnicas, compromete de fato as esperanças que poderíamos fundar nas leis de difusão da inovação. Num tal contexto, a exclusão digital não se reduz naturalmente. Ao contrário, ela corre o risco de se afirmar. Enfim a exclusão digital podia aparecer onde não se esperava, contradizendo os prognósticos favoráveis de todos aqueles que viam nas TIC um meio formidável para o progresso da humanidade. p. 191. -A exclusão digital seria então menos uma ruptura *have* e *have not*s que a afirmação de rupturas culturais (ligadas igualmente a disparidades de riqueza, de localização...) em que se podia esperar que o progresso tecnológico pela informação e a comunicação seria compartilhado por todos. p. 191

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Não propõe

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Não aponta

Mapa Conceitual – n.º 77/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo Acadêmico) – Vial, Hevellyne

Referência bibliográfica: MIRANDA, Antônio Lisboa Carvalho de; MENDONÇA, Ana Valéria Machado. Por Uma Sociedade Digital: Informação e Desenvolvimento. In: Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação, 1., 2005, Florianópolis. Anais ENANCIB. Florianópolis: ENANCIB, 2005. v. 6, p. 1 - 8.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: o texto não os define.

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

Acesso global à internet por continente. União Internacional de Telecomunicações, 2002 - Dados sobre a evolução da internet. Pg. 2 IBGE, senso de 2000 - população de pessoas com acesso doméstico a computador. total de excluídos digitais. Pg. 3 Peters, 2003 - Acesso Real à TIC. Pg. 3 Mapa da Exclusão Digital, FGV/RJ, Abril de 2003- moradores com acesso a computador. Sergipanos não têm acesso a computador. População com acesso a Internet. Pg. 4 LEMOS, 2002 - *experiências pós-industrialistas*. Pg. 5 VATTIMO, 1989 - *civilização da técnica. Utilização das forças naturais. Sistemas de recolha e transmissão de informações. sociedade transparente* . Pg. 5 Mattelart, 2002 - caráter fenomenológico dos novos paradigmas da sociedade conhecida como tecnológica ou pós-moderna. Pg. 5 Lyotard, 2000 - *saber pós-moderno é ambivalente. Estado da cultura. Pesquisa e a transmissão de conhecimentos*. Pg.5; 6 Miranda - novos modos de vida e novas visões de mundo. Pg. 6 Castells, 1999 – inovação. tecnologias de telecomunicações. *inovação tecnológica* . Pg. 6

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

A implantação de um programa estadual de inclusão digital voltado para a melhoria da qualidade de vida, requer do governo Estadual, a constituição de um leque de parcerias dentro e fora do estado que envolva: secretarias de governo, universidades, organizações não governamentais e governos federal e municipais. Fortalecidos, pode-se desenvolver ações que tenham por objetivo a melhoria dos índices de inclusão digital a exemplo do sergipano. Pg. 5

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

O texto não define exclusão digital.
(...), tendo como finalidade a aplicabilidade social desses conteúdos trabalhados a partir de conceitos e práticas da alfabetização da informação junto às escolas, por consequência, junto aos professores e alunos, a fim de que a sociedade esteja melhor preparada para os desafios da informação e do desenvolvimento tecnológico. Pg. 6 (relação da inclusão digital com a educação)

Síntese do texto (Associação de ideias/Crítica/ Foco/Posicionamento)-> Citações Diretas:

A exclusão digital é um fenômeno complexo e de várias dimensões. O incentivo somente ao desenvolvimento tecnológico não é suficiente para superá-la, sendo necessário também incentivar a democratização da informação, ampliando o acesso do cidadão aos espaços públicos de produção e divulgação do conhecimento, melhorar a distribuição de renda, o desenvolvimento dos recursos humanos locais e a construção de uma rede digital rizomática. Pg. 2 (...). A falta de acesso à informação e às tecnologias, assim como aos serviços e direitos cidadãos devem ser uma preocupação constante dos governos no momento de pensar, planejar e instituir políticas e programas de inclusão social e combate à pobreza. Pg. 2 Neste sentido é importante considerar que numa sociedade caracterizada ou definida como sociedade da informação, onde o avanço tecnológico tem afetado não somente as condições culturais, mas principalmente as relações de trabalho, a oferta de novos postos de produção e a extinção de tantos outros, estar excluído destes processos através do desconhecimento ou da não utilização condena o indivíduo a miséria permanente. Pg. 3 (...), a Internet é o mais novo meio de comunicação associado à idéia de espaço virtual, de multi-linguagens e atribuições de tarefas de transferência de informação por princípios estéticos e culturais, da mesma forma multifacetados. Pg. 6 Na atualidade, o Programa Sociedade da Informação traz como objetivos integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de Tecnologias de Informação, Educação e Comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a

economia do País tenha condições de competir no mercado global. Pg. 6 Sendo assim, investir na inclusão digital não significa apenas alfabetizar tecnologicamente os indivíduos, as famílias e comunidades, mas também inserir conteúdos, avaliar seus processos de recepção e mediação, tendo como finalidade a aplicabilidade social desses conteúdos trabalhados a partir de conceitos e práticas da alfabetização da informação junto às escolas, por consequência, junto aos professores e alunos, a fim de que a sociedade esteja melhor preparada para os desafios da informação e do desenvolvimento tecnológico. Pg. 6

Mapa Conceitual – n.º 78/2016 – ARAUJO, A.M. (Artigo de Revista) – Vial, Hevellyne

Referência bibliográfica: SILVINO, Alexandre Magno Dias; ABRAHÃO, Júlia Issy. Navegabilidade e inclusão digital: usabilidade e competência. RAE Eletrônica, São Paulo, v. 2, n. 2, p.1-17, jul. 2003. Jul. / Dez.

Quem são os sujeitos da exclusão digital citados no texto: o texto não cita os sujeitos da exclusão digital.

Quais são os projetos propostos como alternativa e superação a exclusão digital?

Criação de infocentros. Pg. 4
Tornando a navegabilidade de sites mais simples para os usuários. Pg. 8

Como o texto define a Exclusão Digital? Qual a relação da Exclusão digital e a Educação?

O texto não define nem a exclusão digital nem sua relação com a educação.

Abordagem Teórica e Teóricos utilizados

COMITÊ PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA – CDI (2002) - implantação de infra-estrutura em internet. Pg. 4 PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD (2002) – avanço Tecnológico. Pg. 4 A REVISTA DA SOCIEDADE DIGITAL. (2002) - criação de infocentros. Internet como uma grande difusora de informações e de prestação de serviços Pg. 4; 5 MARMARAS e PAVARD, 2000; MARMARAS e KONTOGIANNIS, 2001; LEPLAT, 1986 - novos modelos metodológicos, instrumentos e técnicas, para se apreender as mudanças decorrentes do desenvolvimento tecnológico. Pg. 5 CAÑAS E WAERNS, 2001 - Interação Homem-Computador. Pg. 6 GREEN e HOC, 1991 - ferramentas de suporte cognitivo em situação de trabalho Pg. 6 HOLLNAGEL, 1997 - como a cognição humana afeta o processo laborativo e por ele é afetada. Pg. 6 HOC E LIÉNARD, 1990 - compreensão da cognição. Pg. 6 SCAPIN, 1990 e BASTIEN, 1991 e 2003 - critérios ergonômicos. Pg. 7 CYBIS, 2002 - forma de Agrupamento. Pg. 7 SARMET e SILVINO, 2002 - navegabilidade de sites. Pg. 8 MONTMOLLIN, 1995 - aspecto cotidiano da competência. Conhecimentos declarativos. Pg. 9 STERNBERG, 2000; ANDERSON, 2000; BEST 1995 - regras operacionais. Pg. 9 HANISH, KRAMER e HULIN (1991) - modelos mentais. Pg. 9 ADELSON (1984) e KOUBECK e SALVENDY (1991) – conhecimentos procedimentais. Pg. 9 ADELSON, 1984 - superar operadores mais experientes. Pg. 9 KOUBEK e SALVENDY, 1991 - diferenças existentes entre operadores experts e novatos. Pg. 9 AMALBERTI (citado por MONTMOLLIN, 1995) - gestão de recursos. Competências dos Trabalhadores. Pg. 9 GRIZÉ (citado por MONTMOLLIN, 1995) - sentido técnico. Sentido psicológico. Pg. 10 TEIXEIRA, 1993 - representações como estados mentais. Pg. 10 OCHANINE, 1992 – imagem Operatória. Pg. 10 AMALBERTI, 1991 - modelos mentais adotados em situação de tomada de Decisão. Pg. 10 TEIGER, 1993 - ‘representações para ação’. Desenvolvimento das ‘representações’. Pg. 10; 11 ABRAHÃO e PINHO, 1999 - variabilidade inerente às ações possíveis. Pg. 12 WEILL-FASSINA, 1990 - representações para ação. Pg. 12 GUÉRIN et al., 2001 - relação entre estratégia e modo operatório. Pg. 12 STERNBERG, 2000 - recursos cognitivos. Pg. 12 MARMARAS e KONTOGIANNIS, 2001 - pressões temporais. Pg. 12